

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

DIRETORIA DO ENSINO SUPERIOR

ADUR-RJ

RUMO À REFORMULAÇÃO ESTRUTURAL
DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

ESTUDO REALIZADO ENTRE JUNHO E SETEMBRO
DE 1965 PARA A DIRETORIA DO ENSINO SUPERIOR
DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

RUDOLPH P. ATCON

RIO DE JANEIRO

1966

**RUMO A REFORMULAÇÃO ESTRUTURAL DA UNIVERSIDADE
BRASILEIRA**

Capa de Paulo Henrique Hiss

Todos os direitos desta edição pertencem à Diretoria do Ensino Superior, do Ministério da Educação e Cultura

Impresso nos Estados Unidos do Brasil

É permitida a reprodução de partes deste livro, desde que citada a fonte.

CDU 378.4 (81)

APRESENTAÇÃO

O professor Rudolph Atcon é velho conhecedor dos problemas universitários. No Brasil, assessorou o professor Anísio Teixeira na organização da CAPES, da qual a seguir dirigiu o Programa Universitário, na qualidade de Diretor-Assistente. No Chile, Honduras, Venezuela, Colômbia e Caribe, cooperou com universidades, na realização de reformas, por vezes integrais, de suas estruturas primitivas.

Mas, a sua experiência não se limita ao ambiente latino-americano, eis que assessorou o Conselho de Reitores da República Federal Alemã, para o qual elaborou estudo fundamental sobre a reestruturação universitária.

As suas idéias sobre integração do ensino universitário, primeiro na forma de "Institutos Centrais" que prevaleceram na estruturação das universidades de Concepción, Chile, e de Brasília, agora estão tomando a modalidade de "Centros de Estudos Gerais" que já foram introduzidos em Honduras e São Domingos. Ele continua a elaborá-las, buscando formas institucionais sempre mais flexíveis e orgânicas.

É um livre atirador a serviço da reorganização universitária. Por conta própria, servindo a instituições que se valem da sua experiência por períodos contratuais limitados, dedica-se a análises, estudos, formulações de reformas, implantação e administração de serviços educacionais em nível superior. Não está ligado a qualquer país ou organização internacional.

O presente estudo que lhe encomendamos, reflete exclusivamente a sua opinião pessoal. Autor capacitado, pelo

seu conhecimento do nosso meio universitário, o seu trabalho é honesto e bem intencionado, ainda que nem sempre o leitor com êle concorde. Divulgando-o, visa a Diretoria do Ensino Superior a colocar sob a luz da crítica autorizada, a realidade universitária brasileira.

Rio de Janeiro, junho de 1966.

RAYMUNDO MONIZ DE ARAGÃO

REPUBLICA FEDERAL DO BRASIL
 Ministério da Educação e Cultura

Comissão de Avaliação do Ensino Superior

Tema e assunto de sua origem pertencem à Diretoria do Ensino Superior, do Ministério da Educação e Cultura.

Impreso nos Estados Unidos da América

É permitida a reprodução de partes do livro, desde que citada a fonte.

CDU 378.4 (51)

SUMÁRIO

1	— PROLEGOMENA	1
1.1	— Critérios Gerais	1
1.2	— Aspectos Filosóficos	3
1.2.1	— O Fator Quantitativo	3
1.2.2	— O Fator Qualitativo	4
1.2.3	— O Fator Econômico	4
1.2.4	— O Fator da Não-Correspondência Entre Conhecimentos, Títulos e Profissão	5
1.2.5	— O Fator Educativo	6
1.2.6	— Fator Tempo	7
1.3	— Missão e Objetivos da Universidade	8
1.4	— Urgente Tarefa da Universidade	10
1.5	— A Reformulação Institucional	13
1.6	— O Centro Universitário	19
2	— AS UNIVERSIDADES VISITADAS	23
2.1	— Universidade Federal do Pará	23
2.2	— Universidade Federal do Ceará	26
2.3	— Universidade Federal do Rio Grande do Norte ..	31
2.4	— Universidade Federal da Paraíba	36
2.4	— Universidade Federal de Pernambuco	39
2.6	— Universidade Federal da Bahia	44
2.7	— Universidade Federal de Minas Gerais	48
2.8	— Universidade Federal do Rio Grande do Sul ...	56
2.9	— Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	61
2.10	— Universidade Federal de Santa Maria	62
2.11	— Universidade Federal de Santa Catarina	66
2.12	— Universidade Federal do Rio de Janeiro	71
2.13	— As Outras Universidades	74

da renovação no meio nacional e à maneira pela qual os princípios postulados possam ser implementados no nível institucional. Primeiro a teoria, o pensamento filosófico e a definição dos objetivos daquilo que *deve ser*; em segundo lugar a programação, sob forma de anteprojetos, do que se *deve fazer*; e só depois virá a busca dos meios políticos e financeiros, para criar os canais adequados e os métodos administrativos que forjarão uma nova realidade.

Se na hora de buscar os novos caminhos da implementação, encontram-se obstáculos insuperáveis, não deixarão de aparecer as adaptações apropriadas, para que possa resultar pelo menos "algo" de útil e eficaz ao término deste longo processo, por etapas sucessivas. Mas, essas adaptações se farão com plena consciência das concessões indesejáveis efetivadas e unicamente com a intenção de superar determinados obstáculos sociais. Não serão feitas na auto-ilusão, de que o pouco logrado nessas circunstâncias está bem feito e dentro do desejado ou necessitado. Em nenhum caso, as deliberações filosóficas ou a definição dos objetivos devem ser influenciadas por racionalizações utilitárias, por aquilo que o pensador, o formulador dos princípios, pessoalmente considera como viável ou fatível. Porque, então, resultaria numa programação de anteprojetos sem bases filosóficas, sem objetivos claros.

Nas atividades humanas não planejadas, é normal preocupar-se, desde o princípio, com a busca dos meios financeiros para uma ampliação da organização institucional em termos materiais ou pessoais. Depois, talvez, se encontrará qualquer razão, revestida sem dúvida dos mais elevados princípios, para justificar o que se fez ao azar. Várias racionalizações, num aglomerado de "princípios" deste gênero, sem nexos entre si, são então apresentados como a "filosofia" do particular.

Planejamento se faz do modo exatamente oposto. Primeiro vem a filosofia e a elaboração dos objetivos globais que determinarão a natureza das mudanças neces-

sárias. Depois estabelecem-se, através de estudos e conhecimentos técnicos, a curto ou a longo prazo, os programas e serviços almejados para implementar a teoria. Com um corpo de programas e serviços bem elaborado e preparado, dentro de *um só sistema filosófico orgânico*, os recursos materiais e humanos exigidos para sua implementação serão relativamente fáceis de conseguir. Mais fáceis, quando comparado com os procedimentos usuais, da procura de dinheiro sem planos integrais, motivados pela vaga impressão de que as coisas não funcionam e "algo" deve-se fazer a fim de melhorá-las.

1.2 — ASPECTOS FILOSÓFICOS

1.2.1 — O Fator Quantitativo

Não existe mais dúvida de que vivemos uma explosão demográfica de seríssimas proporções. É o problema n.º 1 com que, no momento, se defronta a humanidade e, por suposto, o Ensino Superior também, atingido, como está, pela avalanche dos números. Não só do número de estudantes, senão do número também de cargos responsáveis que devem ser preenchidos por graduados universitários; do número sempre crescente de docentes, tanto para os cursos tradicionais, como para os múltiplos novos; do número elevado de matérias ensinadas em nível superior e do número cada vez maior de carreiras universitárias diversificadas, nos mais distintos níveis de preparação. Isso tudo implica também na crescente expansão dos edifícios, laboratórios, serviços e aparelhagem para atender às massas, onde, há poucos anos atrás, se atendia a meras centenas de privilegiados. Temos então, como primeiro, primeiríssimo princípio, de tomar em conta o fenômeno quantitativo com que se defronta o Ensino Superior, cuja resolução não é só um dever moral comunitário, senão uma necessidade imperiosa para a própria sobrevivência.

1.2.2 — O Fator Qualitativo:

Não deveria existir tão pouco a menor dúvida de que — afora certas e honrosas exceções — em termos gerais e para números em contínuo ascenso, a qualidade do ensino, tenha decaído a níveis verdadeiramente indefensáveis. Mesmo onde este declínio qualitativo ainda não se mostrou com plena agudeza, já podem ser discernidos suficientes indícios sobre o modo pelo qual o sistema educativo está sendo ameaçado pela diluição, em virtude dos números crescentes, da falta de professores adequadamente preparados para suas respectivas tarefas ou apropriadamente dedicados ao ensino em si, da ausência de qualquer integração das matérias ensinadas e da crônica carência de espaço, aparelhagem e recursos financeiros. Temos então, como segundo princípio — não obstante os argumentos em contrário dos que não querem ver a ameaça — tomar em conta o fenômeno do declínio qualitativo do Ensino Superior.

1.2.3 — O Fator Econômico:

Como critério decisivo para qualquer reformulação estrutural da universidade, para qualquer reorganização institucional, aquisição de meios materiais e recursos humanos, ou para qualquer nova construção, deve estar sempre presente o fator econômico. Não no sentido de disponibilidades financeiras, para levar a cabo qualquer despropósito, "já que os fundos foram aprovados", mas no sentido absoluto de planejamento, para conseguir o máximo rendimento com a menor inversão de dinheiro.

O país não pode dar-se ao luxo de satisfazer, ao azar, os desejos individuais ou as aspirações pessoais de pequenos grupos de professores, construindo, contratando ou comprando só o que a estes parece ser conveniente, mas que, em termos comunitários e orçamentários da Nação, não pode ser justificado nem como rendoso nem como produtivo. Palácios de mármore podem ser muito boni-

tos e satisfazer o orgulho de alguns professores, seja de uma faculdade ou de uma universidade inteira, mas são injustificáveis frente à economia do país. A indevida multiplicação de cadeiras-institutos, de laboratórios e de grupos acadêmico-científicos para a mesma, mesmíssima matéria, pode ser muito interessante para destaques individuais, mas de um ponto de vista econômico e comparada à efetiva produção, é totalmente injustificada. Segue-se, pois, que o fator econômico, o custo unitário, a proporção dos gastos administrativos fixos frente aos gastos globais e tantos outros conceitos dessa natureza, devem começar a enraizar-se na consciência coletiva dos que planejam assuntos universitários. Temos então, como terceiro critério de planejamento dentro da problemática do Ensino Superior, a obrigação de ter sempre presente o fator econômico para um máximo de rendimento com a menor inversão.

1.2.4 — O Fator da Não-Correspondência entre Conhecimentos, Títulos e Profissão:

Para a América Latina em geral e seguramente para o Brasil, temos também uma séria desvinculação entre os conhecimentos adquiridos para a obtenção de um grau universitário, o título em si, que corresponde ao diploma e, por fim, o exercício efetivo de uma atividade produtiva na sociedade do assim-intitulado. Em outras palavras, há um enorme dispêndio de tempo e dinheiro para a preparação universitária de um reduzido número de profissionais, sem a menor garantia de que eles efetivamente exercerão a correspondente profissão. Isso é anti-econômico, injustificável, quando se trata em grande parte de serviços educacionais gratuitos, e socialmente contraproducente. É uma injustiça social frente a quem tem que pagar a conta do Ensino Superior, isto é, a vasta maioria de uma comunidade que nunca terá a menor oportunidade de desfrutar dos privilégios que provêm da posse de um título acadêmico-profissional. O mínimo que

se deve esperar dos que, à custa da sociedade, recebem este ensino privilegiado — cujos resultados formais lhes permitam o ascenso ao poder — é de que eles pelo menos sirvam à sua sociedade dentro do campo escolhido para o qual foram formalmente preparados. Se a defasagem sentida se provasse consequência do limitado número de carreiras universitárias disponíveis, seria lógico, econômico e justo, ampliá-las de tal forma que a correspondência racional e funcional, entre conhecimentos adquiridos e conhecimentos aplicados produtivamente, fôsse restabelecida, e só os que verdadeiramente pretendessem exercer uma profissão, cursassem a mesma. *Temos então, como quarto problema do Ensino Superior, o princípio de estabelecer essa correspondência entre o ensino recebido, os conhecimentos adquiridos e o exercício de uma profissão.*

1.2.5 — O Fator Educativo:

Talvez não seja de todo evidente, mas não deixa de ser também um penoso problema, a falta de conteúdo educacional em nosso sistema de ensino, incluindo, naturalmente, o superior. Em contraste com o aumentado treinamento, “educação” se faz cada dia menos, porque os números crescentes e a qualidade decrescente eliminam do sistema educacional as oportunidades, as pessoas e o tempo disponível, necessários para uma efetiva educação do futuro cidadão. Os debilitados e freqüentemente desaparecidos valores da sociedade contemporânea encontram seu reflexo inescapável nesta séria falta de educação. *Nem os docentes nem os discentes são de dedicação exclusiva.* O aumentado vulto de conhecimentos técnicos, a serem ensinados dentro de um sistema de puro treinamento, completa o quadro desolador que impede a ação contemplativa — seja do estudante ou do professor — que poderia levar à formação efetiva, que todos os sistemas educacionais do passado sabiam promover, menos o dos nossos tempos. *Temos então, um quinto princípio a considerar no Ensino Superior: o da implementação de*

um sistema realmente educacional, que se baseie em valores reais, não meramente utilitários, e dependa da dedicação exclusiva de todos os envolvidos no grande empreendimento chamado “Educação Universitária”.

1.2.6 — Fator Tempo:

Não deveria tampouco perder-se de vista o fato de que, dada a natureza de uma instituição cuja vida somente em décadas se expressa, qualquer planejamento, iniciado hoje, para a reformulação do Ensino Superior, será de fato já para o Século XXI. *Temos então, como sexto princípio filosófico, de considerar que a nova estrutura emergente do nosso esforço, tem que corresponder não só às necessidades do presente, senão também às do futuro não imediato.*

Como se vê, não temos mais do que meia dúzia de princípios fundamentais a considerar, num empenho da reformulação educativa superior do país. São válidos em termos bem gerais e obviamente não restritos à sociedade brasileira. Mas, poucos de boa vontade negarão, que são também aplicáveis a ela. De que maneira serão interpretados para que se adaptem às peculiaridades desta Nação e às necessidades de cada instituição, é um assunto à parte. Este será tratado oportunamente através de grupos especialmente escolhidos e encarregados do objetivo de preparar, através de anos de dedicado estudo, planejamento e elaboração, os programas e anteprojetos correspondentes. Mas, seja quem fôr que venha a dedicar-se, tranqüila e exclusivamente, a essa tarefa vital, não deve perder de vista a necessidade de encontrar respostas efetivas, viáveis e eficazes aos fatores acima postulados.

Agora podemos atacar, já com maior segurança e clareza, a formulação e definição dos objetivos que devem reger as possíveis futuras modificações da instituição chamada “Universidade”. A magnitude da tarefa e dos problemas acumulados, implica hoje em profundas mudanças estruturais da instituição universitária, onde há

apenas uma década atrás teria sido ainda possível satisfazer as mais urgentes necessidades com uma mera reorganização do então vigente.

1.3 — MISSÃO E OBJETIVOS DA UNIVERSIDADE

A universidade é algo mais do que um gene social, chamado a transmitir orgânicamente a cada nova geração os conhecimentos acumulados do passado. Esta concepção passiva de sua função deve ceder lugar à exigência dinâmica de que a universidade é a legítima formadora do pensamento da comunidade no espiritual, moral, intelectual, social e econômico. Dêste modo, é a modeladora do porvir da sociedade, obrigada a prever e enfrentar suas futuras exigências em conhecimento, profissão e civismo. Assim, a missão da universidade contemporânea a obriga a encontrar as formas e desenvolver as estruturas adequadas para cumprir com seu objetivo de:

- 1.3.1.1 — Oferecer os meios para o livre desenvolvimento da personalidade humana e a eficaz educação do indivíduo, de acordo com seus interesses e talentos;
- 1.3.1.2 — Promover contatos estreitos com a comunidade, para servir às suas instituições espirituais, sociais, artísticas, econômicas, científicas e industriais;
- 1.3.1.3 — Empreender a consolidação e ampliação do conhecimento humano e seguir aberta a toda corrente de pensamento, difundindo os princípios de liberdade que exige a busca objetiva da verdade; e
- 1.3.1.4 — Conseguir a formação do espírito cívico e da consciência social, conforme os

ideais do desenvolvimento pacífico, de respeito aos direitos humanos e de justiça social.

Em outras palavras, a universidade tanto deve dirigir-se à satisfação das necessidades do indivíduo, como às da comunidade, sem prejudicar um objetivo em nome do outro. Ademais, tem a obrigação de manter, cultivar e renovar o conhecimento através da *pesquisa e erudição*, além de proporcionar a todos uma real *educação*, no sentido da eterna reformulação de ideais e da ininterrupta transmissão de valores sociais. Se aceitamos esta definição da missão universitária, suas atividades devem dirigir-se aos seguintes objetivos:

- 1.3.2.1 — Educação e Treinamento de Formação Profissional, em número adequado às necessidades correspondentes da sociedade;
- 1.3.2.2 — Educação e Treinamento não Especializados, em humanidades, ciências naturais, sociais, para o desenvolvimento básico do conhecimento humano;
- 1.3.2.3 — Aperfeiçoamento e Treinamento Especializado, em técnicas e tecnologias, para o desenvolvimento industrial da sociedade;
- 1.3.2.4 — Pesquisa Científica, como meio indispensável para uma educação sólida e como guia para o desenvolvimento de novas verdades a serviço da comunidade;
- 1.3.2.5 — Cursos de Especialização, em níveis graduados e pós-graduados;

1.3.2.6 — *Extensão Universitária*, em todos os níveis e através de múltiplas atividades culturais e científicas;

1.3.2.7 — *Educação Superior Geral*, em cursos de formação, destinados a satisfazer em nível superior às necessidades não especializadas de uma grande parte da população.

Armados com estas definições do que deve ser e fazer a universidade, somadas aos critérios enumerados no capítulo anterior, que nos permitem comparações objetivas entre os mecanismos da universidade tradicional, os da universidade em transição e os da universidade do futuro, estamos agora em condições de empreender a análise da realidade universitária brasileira na década que atravessamos.

1.4 — A URGENTE TAREFA DA UNIVERSIDADE

A América Latina enfrenta uma crise educacional sem igual em sua história. Não só 50% de sua população é analfabeta, como ao redor de apenas 1% completa alguma forma de ensino secundário e menos de dois habitantes por mil chegam aos portões do ensino superior. Soma-se a esta triste realidade a explosão demográfica, e este quadro desolador nem sequer se mantém proporcionalmente estático, para não falar de qualquer melhoria desta pavorosa estatística educacional. Enfrentamos o desastre de estar cedendo lugar ao invés de ganhá-lo, pouco a pouco, como seria natural que correspondesse a nossos tempos de tão grandes avanços tecnológicos e materiais.

Uma região que apresenta um índice de graduação universitária da ordem de menos de quatro por dez mil da sua população, não pode progredir. Está fatalmente condenada à estagnação, apesar de tudo, o que os orga-

nismos de planejamento econômico possam dizer em sentido contrário.

O grande equívoco das iniciativas de planejamento e assistência técnica dos últimos 20 anos tem sido o de supor que o problema do subdesenvolvimento econômico-social pode ser atacado unilateralmente, através da inversão de capitais, construção de fábricas e incremento geral dos meios de produção. Sem o avanço paralelo de uma adequada preparação dos recursos humanos na mesma comunidade, todos os mencionados esforços resultarão truncados e, muitas vezes, totalmente inutilizados.

O lamentável não é que estes organismos de estudos econômicos — os quais quase por completo, controlam as medidas dirigidas ao desenvolvimento — tenham uma visão tão parcial do problema em tela. O realmente triste é que, até agora, os educadores não tenham conseguido impor à sociedade o seu ponto de vista. Não surgiram, em nosso século, organismos e pensadores educacionais com uma clara compreensão do problema em conjunto e com a suficiente convicção do papel essencial, vital mesmo, que a eles cabe e deve caber na solução desta gama de problemas que se vinculam ao desenvolvimento integral da comunidade.

As autoridades universitárias ocidentais não têm sabido traçar planos filosóficos, meta-educacionais e econômicos apropriados, de maneira a convencer aos políticos e à opinião pública de que é o produto humano e não o produto material o que finalmente decidirá entre o desenvolvimento e a estagnação. Por falta, então, de uma iniciativa desta natureza, por falta de planos concretos, por falta de capacidade para expor clara e convincentemente esta verdade à sociedade, o mundo universitário tem falhado seriamente em seu dever — dever, antes de tudo, para consigo mesmo — para com a comunidade que o sustenta.

Com referência ao problema qualitativo, nos afastamos cada dia mais do conceito tradicional do que deva ser um estudante. Passou-se a considerar excepcional o jovem que estuda rigorosa, dedicada e disciplinadamente a fim de adquirir conhecimentos que o prepararão para

disciplinar
autoridade

vida. Mas, a educação é — e será sempre — um processo de condicionamento e, como tal, inescapavelmente um processo penoso. Para poder triunfar, este processo exige disciplina e autoridade, os dois requisitos prévios que mais fazem falta na educação moderna. Em verdade, é difícil imaginar como qualquer sociedade — ainda com os melhores propósitos e as melhores intenções — possa conseguir proteger os seus educandos de largos sacrifícios, muito suor e, às vezes lágrimas amargas, no extenso caminho rumo ao conhecimento.

A fase escolar, dia a dia, passa na sua maioria como rotina pelos diferentes estágios de um aprendizado mínimo de conhecimentos não aprofundados ou bem enraizados na compreensão. Para adquirir destreza mecânica, os alunos, em muitos casos, se vêem expostos a algumas tantas experiências de laboratório ou até de oficina, o que no fim — apesar de tôdas as declarações em contrário — não resulta em demonstrar-lhes os princípios que as experiências se supõe exemplifiquem, pela simples razão de que os alunos carecem da compreensão suficiente para entender os princípios. Então, que adiantam as experiências? É de se esperar que essa falta de correspondência entre a teoria e o laboratório e esta diminuição em seriedade acadêmico-científica, terá como consequência uma prejudicial ignorância individual e coletiva.

respeito

A situação educacional que nossa sociedade enfrenta, parece estar se aproximando perigosamente deste extremo. Não há um aprêço real pelo conhecimento em si, nem respeito pelas autoridades que o representam. Se houvesse este respeito, o processo educacional poderia melhorar através da disciplina consciente, sem necessidade de recorrer a formas rígidas para alcançá-lo. Mas, a explosão demográfica, o surgimento de vastas populações sem conhecimentos gerais e sem auto-disciplina, a diluição da qualidade acadêmica que só se mantinha quando os números eram inexpressivos, nos levam a reconhecer que nossa época forçosamente exige novos mecanismos para conseguir os mesmos antigos fins de uma real educação.

Não é possível continuar no engano de que esta educação poderá ser obtida sem disciplina ou sem sacrifícios. Ela terá de estabelecer-se através de um profundo respeito pelo conhecimento, através da consciência de que este conhecimento é tão necessário como desejável, ainda quando penoso para adquiri-lo. Se não nos anima a forma rígida e preferimos a espontaneidade, teremos de nos dar conta de que esta também necessita de um ambiente propício para nascer e crescer. A esta tarefa deve dedicar-se a Universidade, com a maior urgência.

1.5 — A REFORMULAÇÃO INSTITUCIONAL

Por um lado, a reformulação institucional consistiria na ampliação e consolidação da autonomia universitária, pelo menos dentro da limitada definição que recebeu no Artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases. Seria já um enorme avanço conquistar este grau de autonomia, a qual, ainda quando enraizada numa lei tão fundamental, não tem recebido a menor aplicação real e se choca com tudo que existe no país em matéria de leis, disposições, portarias e, sobretudo, atitudes ou predisposições negativas.

Porém, antes que essa autonomia institucional possa ser implantada com realismo e eficácia, a própria universidade tem que sofrer modificações administrativas para desenvolver mecanismos de controle internos, que lhe permitiriam exercer, com juízo e segurança, uma independência acadêmica e financeira que no momento não existe, por estar tudo controlado, em última instância, pelo Poder Executivo do Estado.

Para poder desenvolver estes mecanismos de controle próprios à instituição, antes que substituam os controles externos, seria conveniente empreender pesquisas sobre o particular e logo experimentar várias alternativas, até que se encontrem as soluções adequadas à realidade nacional. Para tal fim, seria conveniente que os reitores das universidades brasileiras se constituíssem num Conselho de Reitores, independente do Poder Executivo, e comessem a financiar estudos específicos que levariam

recomendações concretas a esse Conselho e, através dêle, aos respectivos Conselhos Universitários.

Aliás, um Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras proporcionaria um veículo apropriado para o estudo de um número de problemas genéricos que comumente afligem a tôdas as universidades. Seria o lugar mais lógico para empreender, no nível mais alto e a longo prazo, pesquisas meta-pedagógicas e o planejamento integral do ensino superior, em todo o referente à sua administração, estrutura e seu conteúdo acadêmico-científico.

Por outro lado, a estrutura vigente tornou-se, em todos os sentidos, estreita demais para a satisfação das necessidades contemporâneas e das reais obrigações que a vida moderna reclama da universidade. Quando uma instituição comprova, acima de qualquer dúvida, sua inabilidade para cumprir funcional e eficazmente com os objetivos a que se destina, corre o risco de desaparecer. Obedece à aplicação, no meio social, de uma lei biológica, que elimina organismos cuja capacidade de sobrevivência está superada. Se a comunidade não sabe adaptar suas instituições às novas exigências e necessidades, na medida em que estas surgem, corre o sério perigo de sua autodestruição.

É ilusório pensar que as forças sociais em marcha podem ser ignoradas ou que alguma transação pode ser encontrada para dispensar a necessidade de efetuar mudanças que se apresenta como realmente essenciais. Examinaremos, assim, com cuidado, em que consiste especificamente a orientação que aqui se propõe para o ensino superior:

1.5.1 — A nova estrutura a ser estabelecida está baseada nos princípios da flexibilidade estrutural e da diversificação docente, dentro de um critério de máxima integração e economia.

1.5.2 — A nova estrutura a ser estabelecida tem por objetivo criar uma nova gama de atividades acadêmicas e científicas que, até agora, não existiam na Universidade.

1.5.3 — A nova estrutura a ser estabelecida se dirige à satisfação das reais necessidades da sociedade, proporcionando a um número cada vez maior de jovens, um ensino superior em campos do conhecimento que a comunidade necessita com urgência.

1.5.4 — A nova estrutura a ser estabelecida pretende melhorar a qualidade do ensino ao mesmo tempo que o amplia quantitativamente.

1.5.5 — Para atingir êsses objetivos, o primeiro passo deve ser dado mediante o estabelecimento de uma nova unidade universitária, cuja natureza e estrutura devem obedecer a critérios bem distintos daqueles que regem as faculdades profissionais existentes.

Nesta unidade universitária devem encontrar-se tôdas as matérias básicas do conhecimento humano que não sejam matérias estritamente dirigidas à preparação profissional. Estas últimas seguirão como legítima preocupação das diferentes faculdades, cuja finalidade de preparar especialistas evidentemente não está em discussão. A sociedade necessita de profissionais especializados em quantidade e qualidade adequadas à sua demanda.

O meio social precisa, entretanto, também de um número bem maior de futuros cidadãos com uma educação superior geral. É esta educação geral que lhes permitirá o eficiente desempenho das mais variadas funções produtivas e o desenvolvimento de iniciativas criadoras nos mais distintos ramos de conhecimento, nas mais diversas atividades humanas.

Para tão numerosas posições, não é necessário a especialização profissional tal como é concebida na atualidade. Até agora, a sociedade tem sido obrigada a preencher com profissionais tôdas as suas posições de domínio e controle, não porque estejam melhor preparados para o desempenho dessas variadas funções, mas só porque êles são os únicos possuidores de graus acadêmicos universitários. Esta situação, ilógica e anti-econômica deve mu-

dar o quanto antes possível, e dêste fim é que deve ocupar-se a nova unidade universitária aqui proposta.

A nova unidade não é uma faculdade no sentido tradicional da palavra, porque não se preocupa com nenhuma especialização profissional. Muito menos poderá ser uma escola, a qual, pela etimologia vigente, representa somente parte de uma faculdade ou é sinônima dela. Por isso, deve cuidar-se da seleção do seu nome, a fim de que se transmita claramente sua inusitada natureza e sua finalidade inovadora, em distinção ou contraposição, mesmo na sua denominação, aos órgãos tradicionais.

1.5.5.1 — Dentro da nova unidade, as matérias básicas devem se organizar em Departamentos, cada um deles incorporando as disciplinas afins ao seu campo de conhecimento. O conjunto destas disciplinas, uma vez organizado, dará atenção a uma variedade de atividades universitárias. Os Departamentos:

- .1 — Servirão às demais carreiras profissionais na preparação integral dos estudantes que optem por elas;
- .2 — Estabelecerão um extenso número de carreiras não profissionais, nos campos básicos do conhecimento. A flexibilidade do sistema permitirá número crescente de combinações acadêmicas, para o aumento em quantidade, qualidade e nível de ensino destes novos estudos;
- .3 — Economizarão os recursos materiais e humanos da universidade, através da integração e concentração de:
 - a) Todos os serviços afins, num só lugar;
 - b) Todos os professores de um campo do conhecimento, num Departamento; e
 - c) Todos os estudantes que irão cursar uma determinada disci-

plina, numa só unidade universitária.

- 1.5.5.1.4 — Criarão um ambiente propício para o nascimento e desenvolvimento da investigação científica e a busca de novos conhecimentos, através da concentração de seus recursos humanos e materiais pela maneira acima indicada.

Dentro da nova estrutura, na medida do possível, os professores devem ser todos de tempo integral, à base de contratos entre a Universidade e cada um deles individualmente. O estabelecimento de uma adequada carreira universitária permitirá o gradual progresso de jovens docentes à posição máxima de professor titular.

Ninguém, entretanto, deve ser dono da sua matéria, em vista da possibilidade e, mais tarde, da necessidade, de ter vários professores titulares, associados e assistentes, trabalhando num determinado campo em matérias idênticas, e não — como na atualidade — restringir o campo ou suas diversas matérias a um só catedrático. Não é conveniente deixar em mãos de uma só pessoa o desenvolvimento de uma matéria, em vez de promovê-la através da livre concorrência entre vários colegas do mesmo campo de conhecimento. É altamente recomendável deixar a porta aberta, para melhorias constantes e novas iniciativas. Com efeito, o chefe de um Departamento, eleito entre os professores titulares que o compõe, representaria, diante da Universidade, a voz preponderante no que se refere a este campo do conhecimento. Sendo renovável o cargo em intervalos regulares, garantiria o livre jôgo de iniciativas e inovações.

Uma vez estabelecida a nova unidade, as faculdades profissionais ficarão livres para se concentrar nas tarefas que devem constituir realmente a sua legítima preocupação. Receberão seus estudantes melhor preparados e com uma educação mais ampla do que era anteriormente fátível. Estarão liberadas da preocupação com as "cadeiras

básicas" que, na atualidade, se destinam somente ao preparo do aluno para seus estudos especializados em anos mais avançados. E, o mais importante, ficarão com um número de estudantes mais reduzido, mais capacitado e mais selecionado entre os que desejam efetivamente preparar-se na profissão escolhida, para depois realmente exercê-la. Todo o imenso e penoso processo dos primeiros anos, que ainda representa separadamente para cada faculdade profissional um período de preparação, de seleção e, em muitos casos, de eliminação, passará a realizar-se coletivamente para toda a universidade na nova unidade. Outra vantagem será de que a faculdade se verá livre para desenvolver, pouco a pouco, a área das especializações em nível de pós-graduação, para a qual até hoje não tem tido nem tempo nem a suficiente capacidade.

O maior benefício para a comunidade consistirá na ampliação do número dos que poderão, no futuro, ingressar na Universidade. Armados somente de sua formação secundária, os jovens terão a oportunidade, através da nova unidade, de entrar na Universidade em elevados números. Todos terão de cursar nela disciplinas básicas, para decidir mais tarde se lhes convém seguir os estudos de carreiras não profissionais, nos próprios departamentos da nova unidade, ou dirigir-se a uma ou outra das faculdades profissionais.

O primeiro ano que não é "comum", servirá como um ano de seleção, durante o qual o próprio estudante mostrará a si mesmo, se é capaz de seguir um estudo superior nas matérias por ele selecionadas ou deve desistir de suas aspirações não consentâneas com a realidade e dedicar-se a outras atividades comunitárias. Mas, ainda assim, este ano de oportunidade conseguida e de uma experiência de nível superior vivida, o deixará melhor preparado para qualquer tipo de trabalho em qualquer sítio ou nível. Coisa que não acontece no sistema vigente, em que tantos jovens completam seu estágio secundário, sem a menor oportunidade de ingressar na Universidade.

Além das vantagens óbvias que apresenta a nova estrutura que se propõe, tanto pelos aspectos qualitativo e

quantitativo como pelos aspectos econômico e administrativo, o sistema tem a vantagem de não precisar estabelecer-se de uma só vez. Sua flexibilidade consiste também na possibilidade de se desenvolver paulatinamente, de crescer, ano após ano, à medida que são preparadas as pessoas adequadas ao ensino e descobertas novas fontes para o financiamento de instalações e laboratórios, programados e planejados com a devida antecipação.

Este conjunto de departamentos de humanidades, ciências sociais e naturais poderia ser chamado: "CENTRO UNIVERSITARIO DE ESTUDOS GERAIS".

1.6 — O CENTRO UNIVERSITARIO DE ESTUDOS GERAIS

Nas minhas visitas recentes às universidades brasileiras, encontrei a sincera determinação, quase sem discussão, de implantar os chamados "Institutos Centrais". Antes um artigo de fé do que um conceito bem compreendido, bem estudado ou bem planejado, existe nas universidades visitadas a convicção de que o próximo passo no seu desenvolvimento deve se encontrar na criação de uma série de novas unidades universitárias, independentes das faculdades existentes e chamadas "Institutos Centrais".

Seria eu o último a considerar essa iniciativa desvantajosa, se ela correspondesse realmente aos conceitos originais que me moveram a implantar essa modalidade, em 1958, em Concepción, no Chile. Naquela época já se tratava de encontrar um novo mecanismo que permitisse solucionar a maioria dos problemas da universidade tradicional, com base nos critérios acima postulados. Quer dizer: flexibilizar o serviço universitário, ampliar o número das carreiras, enfatizar os campos básicos do conhecimento humano, permitir o aumento substancial do corpo docente, tornar mais econômico o ensino, melhorar sua qualidade e fomentar a pesquisa. Tudo ao mesmo tempo e de maneira harmônica e coordenada, enquanto se rompia o monopólio até então exercido pelas faculda-

des profissionais e se modificava o conceito limitante da cadeira.

Através da união de todos os serviços universitários prestados num campo básico do conhecimento, em um só local, e de todo o pessoal docente, ligado a êsse campo, no mesmo sítio, junto com todo material e equipamento, e fazendo que a êste lugar acorressem todos os estudantes obrigados a ou desejosos de cursar matérias no campo correspondente, se quebrava a estrutura rígida de uma escola profissional — mesmo quando se mantinham os mesmos planos de estudos — e o ensino se tornava mais plurifacetado, econômico e proveitoso.

Essa foi a idéia original dos Institutos Universitários Centrais de Concepción, que foi implantada, anos depois, em bases mais ou menos semelhantes, na organização da nova Universidade de Brasília. Devo supôr que o presente entusiasmo encontrado nas universidades do país em prol da criação de Institutos Centrais provém, em linha direta, dêstes dois esforços antecedentes, muito embora, até o presente, não se haja comprovado o real mérito dessa inovação institucional.

Acontece porém que, nos últimos oito anos, apesar de que os conceitos originais se mantiveram inalterados, a forma de implementá-los e de institucionalizá-los tem sofrido algumas modificações substanciais, para consolidar o processo e torná-lo mais eficaz, mais plurifacetado ainda, ao passo que se diminuem os perigos latentes na estrutura original. Porque o processo é suscetível a reversões sérias, na hora de outras autoridades universitárias, em desacôrdo com os que implantaram o nôvo sistema, chegarem à conclusão de que êste deve ser eliminado. Para evitar ao máximo tal perigo — embora se torne impossível eliminá-lo por completo — e para pôr a nova organização em maior sintonia com as futuras necessidades do ensino superior, já em Honduras e outros países da América Central e das Caraíbas conceituei e implantei a nova unidade chamada "Centro Universitário de Estudos Gerais", composta de Departamentos, que corresponderiam cada qual aos originais Institutos Centrais, funcionando de maneira igual e com os mesmos propósitos, mas interli-

gados dentro do Centro, para evitar que se criem na universidade novos feudos quase autônomos e para fomentar um ainda maior número de novas carreiras, compostas da multidão de matérias disponíveis nos departamentos inter-relacionados.

A própria palavra "instituto" se mostrou inadequada para transmitir claramente a essência das atividades desejadas que deveriam desenvolver-se através dos chamados Institutos Centrais. Quando se fala de "instituto" em qualquer parte do mundo, o conceito que surge em primeiro plano é de uma unidade universitária vinculada a uma *especialidade*, dedicada principalmente à pesquisa e ensinando só em níveis já avançados, seja de aperfeiçoamento de pessoal para o consumo próprio da unidade ou de outras parecidas, seja em nível de pós-graduação naquela especialidade ou para cursos breves de especialização superior. Em outras palavras, surge o equivalente do conceito local da cadeira-instituto, normalmente anexo a uma faculdade profissional e justificado só pelo desejo ou pela necessidade de desenvolver a pesquisa.

Mas esta organização, que é necessária e que, como modalidade estrutural, certamente não deveria desaparecer do seio universitário, nada tem a ver com os propósitos dos originais Institutos Centrais. Ali se trata, para cada um dêles, em primeiríssimo lugar, *de um campo básico do conhecimento humano*, permitindo uma série de áreas especializadas do mesmo campo conviverem dentro da mesma organização, mas dando prioridade absoluta ao ensino básico no respectivo campo e integrando todos os serviços universitários do mesmo dentro de uma só organização. Depois vem também o fomento da pesquisa, mas não como razão de ser principal, senão a serviço do ensino básico, do ensino das carreiras e do próprio conhecimento, nos campos básicos, até recentemente tão abandonados na América Latina.

Vê-se então de que maneira diferem os dois tipos de organização e qual é a possível e até provável confusão que em tôrno da palavra "instituto" pode surgir. Além disso, institutos autônomos, mesmo centrais, podem ser

fácilmente reincorporados a uma ou outra faculdade profissional, quando a reação às novas idéias assim o deseja, enquanto departamentos integrados "num" Centro Universitário de Estudos Gerais, já legalmente criado e em plena função, não são tão fáceis de desfazer.

Armado com estes pensamentos e o desejo de re-visitatar o meio universitário brasileiro, depois de uma ausência do país de quase dez anos, me foi encomendado pela Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, percorrer, em quatro meses, as principais universidades, no intuito de descobrir o que de novo houvesse acontecido nelas, durante a última década, que pudesse resultar útil — dentro dos princípios acima postulados — para a aceleração do processo de mudança. Comecei pelo Norte.

Devo dizer que o processo de mudança no ensino superior brasileiro, durante a década passada, não foi muito rápido. Embora tenham sido criadas muitas instituições, a maioria delas não passou de meras "ilhas" de ensino, sem qualquer ligação com o meio universitário existente no país.

Acertou porém que, nos últimos oito anos, houve de que se concretizaram algumas mudanças importantes na forma de implementação de instituições de ensino superior. Há de se considerar que, durante a década passada, houve uma tendência para a criação de instituições de ensino superior, em forma de "ilhas", sem qualquer ligação com o meio universitário existente no país. Porém, nos últimos oito anos, houve uma mudança na forma de implementação de instituições de ensino superior. Há de se considerar que, durante a década passada, houve uma tendência para a criação de instituições de ensino superior, em forma de "ilhas", sem qualquer ligação com o meio universitário existente no país.

Quando visitei Belém, há onze anos atrás, não existia ainda universidade. Só sete faculdades profissionais, distintas e independentes entre si, de variada configuração legal e de uma não muito alta qualidade. Mas, já naquela época existia, na Faculdade de Medicina, como pessoa de relêvo, seu Diretor, cuja visita aos EE. UU., uns anos atrás, tinha-lhe despertado inquietudes com respeito à qualidade e forma que deveriam tomar os estudos universitários no futuro.

2. — AS UNIVERSIDADES VISITADAS

2.1 — A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Quando visitei Belém, há onze anos atrás, não existia ainda universidade. Só sete faculdades profissionais, distintas e independentes entre si, de variada configuração legal e de uma não muito alta qualidade. Mas, já naquela época existia, na Faculdade de Medicina, como pessoa de relêvo, seu Diretor, cuja visita aos EE. UU., uns anos atrás, tinha-lhe despertado inquietudes com respeito à qualidade e forma que deveriam tomar os estudos universitários no futuro.

Incorporadas essas faculdades numa universidade federal, na década passada, permitiram, quatro anos atrás, a chegada do mesmo diretor à Reitoria da nova instituição. Desde então, num tempo relativamente curto, assessorado por um grupo de jovens e entusiastas colaboradores — na maioria médicos também — ele conseguiu criar uma dinâmica invejável, para lançar esta instituição em rumos renovadores, dentro de uma filosofia universitária bem acertada.

Se não existissem certas restrições da Lei de Diretrizes e Bases e se se ampliasse a Lei Especial n.º 4283, de 18/11/1963, que já concede à Universidade do Pará maior liberdade de ação do que a permitida às demais universidades federais — com a possível exceção da Universidade de Brasília — esse plantel do ensino superior avançaria muito mais rápida e acertadamente do que já o fez nestes últimos anos. Além de ter uma política

universitária, financeira e administrativa, dispõe também de uma administração central, estruturalmente melhor que a do tradicional passado.

Sua filosofia em relação à diminuição da importância e influência das faculdades — como unidades universitárias exclusivas — e dos cursos profissionais nelas tradicionalmente ministrados, obedece à mais acertada política imaginável. A maior parte da ampliação acadêmico-científica dos últimos anos na Universidade do Pará tem sido efetuada fora da estrutura tradicional, dando ênfase predominante ao conceito da carreira acadêmica e não à estrutura administrativa de uma *Escola* ou *Faculdade*.

Além disso, a *cadeira* tem sofrido uma consciente diminuição de importância, sendo propósito dos atuais dirigentes eliminar do meio universitário o conceito de ser o catedrático "dono de uma matéria". Já mais de 2/5 partes do atual corpo docente se encontra incorporado ao novo conceito, enquanto os restantes parecem demonstrar cada vez menos interesse em defender as prerrogativas da cátedra tradicional. Como seria de esperar, principalmente a Faculdade de Direito se mantém firme na resistência a qualquer inovação e na defesa do sistema tradicional.

No tocante ao problema da biblioteca central, a Universidade do Pará avançou do nada à criação de uma biblioteca modelar em organização e filosofia de atuação. É pena que esteja operando ainda em condições materiais tão precárias, mas, afinal, é assim que começam todos os novos esforços.

O que se apresenta como uma inovação, potencialmente de maior repercussão para seu futuro, é a instalação de dois núcleos, nos quais se reúnem, respectivamente, todas as matérias relacionadas aos campos básicos da física e da matemática. A idéia fundamental é a dos "Institutos Centrais", de prestar serviços acadêmicos a todas as unidades universitárias que requerem matérias dos dois campos, além de criar cursos próprios e, eventualmente, desenvolver a pesquisa que lhes corresponde. Pensam na ampliação oportuna dos núcleos, para incor-

porar outros campos de matérias básicas em unidades deste tipo, criando assim condições propícias à eventual formação de um *Centro de Estudos Gerais*. Minha curta estadia em Belém serviu para reforçar, entre os dirigentes da Universidade, em todos os sentidos, este conceito e, através de palestras detidas, encorajá-los a se manterem firmes na linha traçada, para evitar a criação de "Institutos Centrais, erroneamente dirigidos à pesquisa como meta principal.

Também no referente a uma política de melhoria do seu corpo docente, ela está no bom caminho. Já tem enviado para fora do Estado e do País, mais de noventa membros, na maioria por períodos não menores de dez meses; visa generalizar este processo de treinamento e aperfeiçoamento em base de períodos não menores de um ano e, quando necessário, até três.

A Universidade já conta, para seu futuro conjunto, com terrenos superiores a 500 hectares. Estão perto do centro da cidade mas ainda em estado selvagem. Exigirão muito trabalho preparatório, em estreita colaboração com o Departamento de Obras Públicas e o plano urbanístico de Belém, para nivelá-los e estender aos seus limites as vias já existentes da cidade. Mas, cedo ou tarde, ali existirá o espaço suficiente para construir a nova Cidade Universitária do Pará.

Essa obra deve ser apoiada e estimulada, *com a maior rapidez*, para que não se percam a dinâmica institucional e o presente entusiasmo, tão necessários para o levantamento da Cidade Universitária. Na atualidade, a Universidade — apesar de já contar com 29 edifícios, pequenos e grandes, bons e ruins, apropriados e inapropriados, alugados ou próprios — não tem *um metro quadrado* adicional disponível. Trata-se de um dos casos raríssimos, nos quais efetivamente essa asseveração consta e não é exagêro. Razão pela qual, seria também importante proporcionar a esta Universidade, durante os próximos cinco anos — quer dizer, antes de poder pensar em construções definitivas no novo terreno — recursos para alugar e

adaptar espaço adicional que requer *urgentemente*, sem obrigá-la a construir precipitada e inadequadamente. Aqui só é preciso oferecer mais amplos recursos e uma maior liberdade de ação, para que esta universidade possa seguir seu caminho acertado de renovação e crescimento.

2.2 — UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Minha visita coincidiu, não só com o VI Forum de Reitores, senão também com todas as festividades do primeiro Decênio Universitário. Deveras, não era o momento mais propício para um estudo técnico do ambiente. Mas já que tanto se tinha ouvido falar, no país como no estrangeiro, de um excepcional desenvolvimento universitário no Ceará, minhas expectativas eram grandes e meu empenho sincero de encontrar o novo. Embora não tenha havido possibilidade de falar detidamente com as altas autoridades do meio universitário, vi tudo que era possível ver e fiquei impressionado pela extensão das construções efetuadas nessa década. A Universidade Federal do Ceará de 1965 é realmente bem avançada, se se compara, o de hoje, com aquilo que as faculdades profissionais, naquela época, ainda não incorporadas, tinham onze anos atrás, e quando se parte da definição de uma boa universidade como teria sido o caso, digamos, em 1950.

Tem uma Reitoria espetacular; uma extensa nova Faculdade de Medicina; uma Faculdade de Odontologia — agora instalada nos antigos prédios da Medicina — bem montada para fins didáticos; novos edifícios para novos institutos; uma área impressionante para a Agronomia e Tecnologia Rural; vários edifícios novos para serviços universitários adicionais, tal como a Casa do Estudante, o Museu, etc.; novas construções para a nova Faculdade de Filosofia e Ciências e Letras; uma nova fachada para a Faculdade de Engenharia, além das ampliações internas desta; o grande edifício da Faculdade de Direito, com sua impressionante aula magna e até

o velho edifício da Faculdade de Farmácia com desejos de transformar-se num lugar melhor do que antes no sentido didático e científico.

De modo que, a aparência física da Universidade Federal do Ceará realmente deixa o observador satisfeito, pois dentro de uma década de transição difícil para a nação inteira, ela logrou superar-se de modo exemplar. Mas, acontece que os avanços efetuados só representam avanços efetivos dentro da definição de uma universidade tradicional. Infelizmente, no que se refere às necessidades nacionais, rumo a universidades mais adequadas para seu futuro, a Universidade do Ceará, apesar de várias iniciativas magníficas e originais, tomadas nesse sentido entre 1958 e 1960, nessa altura não cumpre bem sua missão.

O período 1958-1960 parece haver sido um período de real dinâmica, de um sincero desejo de efetuar um planejamento integral da instituição. Formulou-se a premissa básica de que a universidade deve vincular-se à comunidade e estar a serviço dela. Criou-se um Departamento de Educação e Cultura; postulou-se o princípio dos Institutos Centrais no sentido dado a eles pela Universidade de Brasília; programaram-se projetos de desenvolvimento econômico do Estado e da Região e se intensificaram as atividades de pesquisa, através de uma Comissão Central. Tudo isso por meio de seminários anuais, compostos de todos os professores da universidade, e com vistas ao planejamento regular a longo prazo. Nesse período também, saíram vários jovens membros do corpo docente para especializar-se adequadamente em outras partes dentro e fora do país. Em outras palavras, tudo prometia o encaminhamento acertado da instituição rumo a uma universidade verdadeiramente moderna.

Algo se passou, sem embargo, para deter este processo de modernização. Ignoro as causas, porque minha estadia foi curta demais para tentar analisá-las devidamente. Mas é um fato que aquele campo dinâmico — de cuja existência e qualidade se deu conta o país inteiro e até o estrangeiro — não recebeu o necessário seguimento para manter-se e para ampliar-se. Os seminários pa-

raram; o planejamento concentrou-se em construções; o Departamento de Educação desapareceu como órgão central de planejamento universitário; o aperfeiçoamento do pessoal docente ficou espasmódico e sem uma política universitária coordenada; os três novos institutos criados em Química, Física e Matemática carecem ainda de uma característica cêntrica do ensino básico dessas matérias, relegadas a uma pesquisa ilusória que ainda não pôde desenvolver-se adequadamente, por falta de recursos humanos e materiais. Continuou só o esforço das faculdades profissionais e a ampliação das atividades comunitárias da universidade através de seu Plano Asimow, de seu Instituto de Tecnologia Rural e de sua Estação de Biologia Marinha. O mais sério, ao meu ver, é o desalento entre os docentes jovens e os professores realmente interessados no avanço acadêmico e científico da sua universidade. A mentalidade conservadora e tradicionalista dos mais destacados membros do Corpo Docente carece da necessária angústia pelos problemas universitários em si e se opõe eficazmente aos poucos realmente preocupados com o progresso institucional.

Talvez seja simbólico o fato de que a Universidade Federal do Ceará não tenha me oferecido a oportunidade para falar sobre qualquer aspecto universitário a qualquer grupo especificamente constituído para tal fim. A única iniciativa que eu tomei, de sugerir uma reunião com os interessados em matéria de bolsas, para trocar idéias sobre a implantação de certos princípios que poderiam servir para uma política universitária de aperfeiçoamento de seu corpo docente, foi cancelada à última hora "porque não havia ambiente".

Os poucos elementos, por certo bem sacrificados pela política salarial insana que vigora no país, que se dedicam a trabalhos científicos, reclamam a falta de meios até para publicar seus achados, apesar da existência de boa imprensa universitária. Decepcionante foi para mim, também, a falta de qualquer grupo de planejamento ou de pesquisa em matéria educacional.

Em princípio da década de 1960, criou-se uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que agora se pre-

tende trifurcar em Faculdades de Ciências, de Educação e de Humanidades ou Ciências Sociais, em aberta contradição ao espírito e às finalidades dos Institutos Centrais, que também foram criados, pelo menos de nome. Em vez de ampliar gradualmente a tendência à diversificação dos currículos de carreiras não profissionais, a Faculdade de Filosofia conta já com *um ano comum* para todos os seus estudantes. A Escola de Agronomia nem sequer conta com um curso de Química Geral e Inorgânica, nem de Física Geral, enquanto sua Biologia é principalmente restrita à Botânica. São nada mais que alguns exemplos para mostrar uma falta de orientação fundamental, mesmo nos campos e nas carreiras tradicionais já existentes.

Apesar da asseveração de que a Faculdade de Filosofia já conta com um "sistema de créditos", uma ligeira inspeção mostrou-me que não foi compreendida a essência deste admitidamente complicadíssimo mecanismo administrativo acadêmico, importado dos EE. UU., cuja aplicação efetiva poderia realizar-se somente depois de uma série de outras medidas de controle e de diversificação administrativa implantadas e postas em plena função. Em outras palavras, falta orientação e falta conteúdo. Isso em si não seria tão grave, considerando que muitas universidades tradicionais do país e do mundo padecem da mesma falta. O que a torna grave é o fato de haver-se criado a impressão, dentro e fora da universidade, de que *planejamento existe* e de que estes aspectos altamente técnicos já estão em vias de uma adequada solução.

Existem também, naturalmente, pontos positivos, como não podem deixar de existir. No momento ainda são isolados, mas a qualquer momento em que se reiniciasse a dinâmica institucional, representariam núcleos capazes de reforçarem a modernização da Universidade Federal do Ceará.

- a. Tudo que se vincula ao Plano Asimow funciona bem e é um crédito para a universidade, muito embora os recursos destinados a esta finalidade pudessem ser mais amplos.

- b. O Instituto de Química e Tecnologia, apesar de não ser ainda um "Instituto Central" e apesar de vincular um campo básico do conhecimento humano com "tecnologia", é dirigido por um cientista excepcional, com plena consciência dos erros estruturais até agora cometidos, mas sem voz ou voto para corrigi-los.
- c. A Estação de Biologia Marinha funciona bem, à custa pessoal do Diretor, mas luta contra tantas dificuldades e incompreensões que é altamente improvável que ele ou sua equipe continuem com o mesmo ímpeto por muito tempo mais, a menos que recebam o apoio moral, técnico e financeiro que eles e este importantíssimo campo de pesquisa merecem.
- d. O mesmo se pode dizer também do Instituto de Tecnologia Rural e uns outros esforços isolados de pesquisa científica.

Se não se encontram logo os meios conceituais, administrativos e financeiros para alentar estas tentativas, até hoje sacrificadas, elas também desaparecerão. Por isso, para não falar dos mais altos interesses nacionais, seria necessário a universidade restabelecer, em primeira instância, seus seminários anuais do corpo docente, criar uma comissão efetiva de planejamento universitário, trazer uma política universitária relativa ao aperfeiçoamento e ampliação do seu corpo docente e esclarecer tudo que se relaciona com a natureza dos Institutos Centrais, cuja idéia original, tem sido modificada tão radicalmente através de regimentos e disposições isoladas do Conselho Universitário, que é algo quase gratuito falar de sua "existência" neste momento. Necessitar-se-ia também, dentro de um conceito mais amplo de autonomia universitária, encontrar os meios financeiros para a contratação de pessoal acadêmico-técnico bem pago, para poder se dedicar com exclusividade às tão urgentes tarefas da modernização e do progresso da instituição.

2.3 — UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Dez anos atrás existia somente a idéia fixa, entre os médicos do Hospital "Miguel Couto", aliás único da cidade, de que Natal precisava e deveria ter uma Universidade. Hoje, já é uma realidade legal e as poucas faculdades que existiam elementarmente naquela época, hoje encontram-se em condições materiais e humanas bem mais avançadas. Terrenos têm sido adquiridos em distintas partes da cidade e edifícios foram levantados, como no caso da Medicina, ou estão em construção, como nos casos da Odontologia e Engenharia. Pessoal docente foi e continua sendo preparado, seja localmente ou em centros de aperfeiçoamento do sul, de modo que, junto com certo equipamento novo e uma organização mais eficiente, este conjunto de faculdades profissionais se está desenvolvendo dentro dos cânones e do tempo normais para fazer crescer biologicamente qualquer instituição.

Por enquanto porém, a UFRN rejeita a idéia de concentrar num só terreno todas as dependências universitárias. De certo modo justificada, a idéia exposta é que Natal, como cidade relativamente pequena, necessitava sentir a presença das escolas do ensino superior integradas nela e não concentradas numa cidade universitária, separadas da zona urbana. Considerou-se igualmente o fato de que o até hoje evidente fracasso das cidades universitárias no resto do país não representa exatamente um estímulo para imitar o que os outros estados tinham feito ou deixado de fazer a esse respeito. Estive de acordo com esse raciocínio, mas assinaléi também que, contra essa posição, poderia argumentar-se no seguinte sentido:

- a) Apuradas as razões que impediram até hoje a implementação efetiva do conceito da cidade universitária no resto do país, poder-se-iam evitar os erros cometidos, que se vinculam grandemente a uma falta de real desejo, a uma falta de planejamento, a uma falta de conceitos cla-

ros sobre a necessidade da integração universitária e à existência prejudicial de uma sentida tendência ao monumentalismo inecessário, custoso e antifuncional.

- b) A imperiosa necessidade de integrar tôdas as atividades universitárias, em conformidade com uma já crescente consciência no país do que deve fazer e ser a universidade moderna, no referente ao ensino, à pesquisa e a um serviço geral à comunidade inteira.
- c) Na medida em que a explosão demográfica fizer crescer a tôdas as cidades, o presente desejo de integrar as faculdades com a vida urbana perderá seu efeito, por diluição de contatos diretos e pela expansão da vida comunitária. Então, o único modo de ficar integrada a universidade com a vida da cidade, seria através de um "campus" no seu meio e não nos subúrbios da futura já crescida capital. Por isso, então, a imperiosa urgência de reservar os correspondentes terrenos já, ainda que sua utilização demore mais uma ou duas décadas.

Achei perfeitamente viável a união das duas posições, continuando, por enquanto, a UFRN no seu desenvolvimento de faculdades profissionais integradas à vida urbana de Natal, mas, ao mesmo tempo, já providenciando um terreno adequado, não menor de 500 hectares, visando para lá transferir, no futuro, passo a passo, os serviços comuns e as atividades acadêmico-científicas já integradas, no sentido dos desejados Institutos Centrais ou de um Centro Universitário de Estudos Gerais. De todos os modos, o tempo próprio para este planejamento a longo prazo e para a aquisição dos terrenos necessários é agora, porque o aumento da população obviamente atingirá também o Rio Grande do Norte e sua capital, fazendo então, cada vez mais difícil a realização da indispensável integração.

A UFRN adquiriu também uma Reitoria que reúne os serviços comuns da universidade, além de dispôr de alguns quartos de hospedagem, em vista da ainda prevalente carência em Natal, de serviços hoteleiros adequados. Esta deficiência, aliás, está em vésperas de solução, porque um nôvo hotel, perto da praia, está pronto a inaugurar-se.

No referente à administração, encontrei, na Seção do Pessoal um ótimo serviço, simples e funcional, que poderia servir de modelo a muitas outras universidades, bem maiores e superiores em recursos ou tradição. O proposto organograma administrativo da UFRN, preparado pelo Chefe da Seção do Pessoal, se aproxima impressionantemente do que deve ser, no sentido ideal, um sistema administrativo eficiente para uma universidade autônoma.

Desprovido de preconceitos daspianos ou de interesses criados, propõe a implantação de um sistema de administração empresarial. Tive oportunidade, em reunião com os interessados, de sublinhar, o valor apresentado por este esquema, suplementando com determinados argumentos, elaborando sobre as vantagens que de fato possui, a fim de enraizar, ao máximo possível, entre os dirigentes universitários, a convicção de que, pelo menos neste sentido, a UFRN já estava no bom caminho.

A Divisão de Obras da universidade, apesar das dificuldades contra as quais não deixa de lutar, tem idéias bastante claras no tocante à construção de edificios não monumentais, relativamente simples e sobretudo funcionais, defendendo a necessidade da integração de tôdas as facetas institucionais numa cidade universitária.

Além do plano para a construção de um Instituto de Biologia Marinha, encontrei, como algo existente e deveras nôvo, um Instituto de Antropologia, bastante controvertido para o meio, debatido com veemência tanto por seus defensores como por seus oponentes. Verdade é que representa, como em tantos outros casos no país, o esforço individual e quase sobrehumano de um só lutador, possuído de uma idéia e disposto a lutar contra tudo e todos

para implementá-la, com sacrifícios pessoais e, naturalmente, de todos os colaboradores.

Este instituto, inovador para a região, está fazendo uma série de coisas que seguramente levarão um dia ampliação de suas atividades a áreas disciplinadas do conhecimento básico humano. Além da antropologia física, nessa unidade está se experimentando com a paleontologia, ecologia, arqueologia, malacologia e até o folclore. Obviamente, nada ainda com a disciplina rigorosa que estes campos de investigação científica merecem, mas em compensação com um entusiasmo verdadeiramente impressionante. Uma unidade que congrega tantas pequenas mas entusiastas iniciativas nas ciências sociais e naturais, mereceria o apoio que, além da própria universidade, os órgãos de pesquisa e de assistência técnica educacional, dentro e fora do país, poderiam prestar-lhe, para transformar um grupo de amadores ocupados com campos inegavelmente importantes para o crescimento acadêmico-científico da região em distintos núcleos verdadeiramente científicos.

Na UFRN fala-se também dos Institutos Centrais, apesar da universidade não ter tampouco idéias muito claras com respeito à efetiva missão deles. Disposições do Conselho Universitário abundam, que fazem impedir a real atuação de tais institutos ou o desenvolvimento do ensino básico nêles, para que possam servir a toda a universidade. Não hesitei em falar com as autoridades universitárias sobre os reais propósitos dos Institutos Centrais ou de um Centro Universitário de Estudos Gerais, caso fossem desejados realmente como meios de integração, sugerindo as modificações nas presentes disposições que permitissem o crescimento desta importantíssima nova tarefa.

Conta a UFRN com uma Escola de Música. Em teoria, considerando as tantas carências acadêmico-científicas do meio, uma Escola de Música não representaria exatamente a mais alta prioridade. Mas, quando visitei a Escola observei suas adequadas e bem orientadas instalações e assisti a um concerto promovido por ela, fiquei convencido de que esta iniciativa isolada tinha sua razão

de ser, representando para o meio não só uma fonte efetiva de fomento artístico e de divulgação cultural, senão também uma real *necessidade* para a conservação do patrimônio musical da região.

Igual às outras universidades nordestinas, a UFRN começou seu plano RITA * e, na época da minha visita, já tinham chegado vários assessôres norte-americanos, esperando-se também a visita do próprio professor Morris Asimow. Mas a idéia genuinamente nova, embora no momento ainda não implantada, foi a concebida pelo Diretor da Faculdade de Medicina, e logo ampliada e de-veras apoiada pelo Reitor, de criar no interior do Estado um "Centro Rural de Treinamento de Pessoal de Nível Superior".

Trata-se do propósito de desenvolver num município pobre um local onde a universidade estabeleceria certo número de serviços profissionais — dirigidos a uma comunidade carente de toda espécie de serviços médicos, odontológicos, legais ou tecnológicos — executados por estudantes dos últimos anos das carreiras correspondentes, mas sempre sob a orientação de professores competentes. Esse centro atenderia a fins assistenciais para a comunidade, ao mesmo tempo que proporcionaria um serviço educacional ao corpo discente da UFRN, obrigando cada estudante a passar um certo tempo no interior do Estado, para familiarizar-se com as correspondentes necessidades, aprendendo a improvisar soluções em situações carentes de recursos adequados e recebendo um treinamento de campo como parte da sua formação. Em outras palavras, uma ampliação do sistema educacional — a criação de uma espécie de "Corpo de Paz" universitário nacional — e a extensão da universidade à comunidade até neste sentido. Obviamente, este conceito é da maior importância e mereceria todo o apoio técnico e financeiro quando chegasse a ser proposto pela UFRN às entidades nacionais e estrangeiras de assistência técnica. Mereceria também sua adoção pelas demais universidades do país.

* Vide p. 107.

Finalmente, não pude deixar de apresentar meus res-
peitos ao professor Câmara Cascudo, àquela instituição
regional que personifica o espírito livre, original e indi-
vidualista a serviço da criatividade, da manutenção e da
propagação de uma riqueza nacional que representa o
folclore nordestino. Faço ainda os mesmos votos de uma
década atrás, de que tanto a UFRN como os órgãos cul-
turais do Brasil encontrem imaginativamente a forma
institucional de incorporar com proveito, no sistema do
ensino superior brasileiro, este valor inigualável, ainda
quando impar e rebelde.

2.4 — UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Em termos de instalações físicas vigentes, a UFPb é
parecida à UFRN. Cai dentro da mesma categoria das
mais recentes universidades, as que, na última década,
incorporaram faculdades profissionais isoladas já exis-
tentes que não eram nem bem montadas ou equipadas
nem muito eficientes. Igual ao de Natal, trata-se em João
Pessoa de um meio social não avançado, historicamente
prejudicado, apesar de existirem uma economia rural e
uma pequena indústria bastante satisfórias.

Também, como em Natal, a Faculdade de Medicina li-
derou o processo da incorporação e é até hoje a mais desen-
volvida e melhor dotada de todas as demais que compõem
a UFP. Tem também edifícios em construção, como o da
Reitoria por exemplo; está começando seu programa
RITA; tem boa música e outras atividades artísticas; uma
casa montada exclusivamente para os hóspedes da univer-
sidade e, em estreita ligação com os esforços de Belo Ho-
rizonte, um colégio universitário já em função. De modo
que, se não existisse um fator sobressalente, que efeti-
vamente predomina no panorama universitário paraibano,
o fato de uma ou outra faculdade profissional encontrar-
se um pouco melhor ou um pouco pior equipada, não
mudaria em nada o aspecto geral, de uma pequena uni-
versidade tradicional no interior do país, sem grandes
recursos e só desejosa de melhorar-se paulatinamente.

Mas acontece que a realmente promissora situação
na UFP repousa na existência nela de um espírito coletivo
de renovação e mudança, liderado pelo Reitor, sem ce-
rimônias ou indevidas complicações hierárquicas. A uni-
versidade tem grupos de planejamento, seriamente preo-
cupados com os problemas ligados à melhoria do ensino,
ao Colégio Universitário, aos Institutos Centrais, à refor-
mulação administrativa e à organização da nova Cidade
Universitária. *O que estes grupos necessitam sobretudo,
é uma contínua e acertada orientação.*

Essa falta naturalmente existe, não só em João Pessoa
mas em todo o mundo, comprovando outra vez, sempre com
crescente angústia, a indesculpável negligência dos ame-
ricanos e das demais instituições mundiais de assistência
técnica direta ou indiretamente ligadas aos esforços nor-
te-americanos, no que diz respeito à criação de um Corpo
de Consultores em organização e reorganização universitá-
ria. Infelizmente, este pessoal não existe, apesar de que
centenas de universidades agora reclamam com angus-
tiosa veemência tal tipo de assessoria.

De todos modos e mesmo sem o menor apoio qualifi-
cado, o Reitor tem conseguido implantar um entusiasmo
coletivo em prol de uma verdadeira renovação, um espí-
rito progressista que já ultrapassou as fronteiras do Esta-
do e tem sido percebido por pessoas e instituições da Na-
ção que se preocupam com a real melhoria do ensino su-
perior brasileiro.

Como elemento inovador, esse talvez é o mais impor-
tante que se poderia encontrar em qualquer meio edu-
cacional. De que se trata de algo efetivo, notei, além de
qualquer dúvida, pela acolhida proporcionada às minhas
palestras noturnas sobre a definição dos Institutos Cen-
trais, a reformulação deles num Centro Universitário de
Estudos Gerais e a explanação de um sistema administra-
tivo adequado às necessidades de uma universidade ver-
dadeiramente autônoma. O simples fato de que a primeira
dessas reuniões foi marcada para domingo à noite e os
interessados, convidados pelo Reitor no mesmo dia, com-
pareceram todos, mostrou amplamente o real e não só
formal interesse pelos assuntos em questão. Este mesmo

grupo continuou aparecendo nas noites seguintes, mostrando, através de perguntas e explicações, o grau efetivo de seu entusiasmo e até conhecimento. Porque em João Pessoa as autoridades responsáveis pelo planejamento de integração têm idéias bem mais claras sobre a natureza e os propósitos dos institutos, do que a vasta maioria dos ambientes universitários visitados.

Muito embora os institutos existentes de química, física e matemática não tenham avançado materialmente, a orientação que se pretende dar a eles é bastante acertada. Mais acertado ainda é o conceito de começar as construções da nova cidade universitária com prédios simples, tipo pavilhões. Parece que já existem os recursos para empreender esta tarefa e uma visita aos terrenos me convenceu de sua qualidade, apesar de que tive de recomendar que a Universidade não medisse esforços para conseguir mais terrenos contíguos, a fim de completar pelo menos o mínimo de 500 hectares. Isso, além das terras por enquanto ocupadas pelo Estação Agrícola, junto à Cidade Universitária, que no futuro obviamente poderiam ser incorporadas também, para formar seu centro agro-pecuário.

Não tive tempo de visitar Campina Grande, apesar de que não me escapava a importância que tem esse esforço para o ensino superior de toda a região. Talvez seja prematuro querer criar mais um centro universitário, além de João Pessoa, tão perto do Recife. Certamente, no momento, não existe ainda a população escolar de nível superior que estaria em condições de aproveitar-se de três ambientes universitários, por enquanto algo desorganizados.

O ideal seria que os esforços econômicos e acadêmicos fossem concentrados num só meio, para lograr uma boa universidade, em vez de estender-se a diluição do já não muito alto nível qualitativo da região. Mas já que não existe planejamento ou controle central e iniciativas individuais puseram no mapa universitário três distintos esforços, aproximadamente na mesma área geográfica e econômico-cultural, o lógico e prático é aproveitar-se dessa realidade, para criar com flexibilidade administra-

tiva e liberdade legal um benéfico espírito de competição entre eles. Então o benefício seria de todos. João Pessoa já ultrapassa Recife no que diz respeito ao espírito coletivo de organizar, de reformular e de integrar. Talvez Campina Grande venha acelerar este processo ainda mais, estimulando João Pessoa a esforços ainda maiores e forçando Recife a acompanhar esse desenvolvimento para não perder sua liderança regional. Não resta dúvida, sem embargo, de que, mais cedo ou mais tarde, a explosão demográfica absorverá todas essas facilidades educacionais, que no momento buscam ainda um modelo adequado para que possam corresponder às futuras exigências e necessidades da região.

2.5 — UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Recife me decepcionou bastante, não porque não existissem boas escolas profissionais na UFP, mas porque falta aquela dinâmica que é imprescindível para uma reformulação institucional. Em anos passados ficou tão envolvida com assuntos pessoais e partidários, alheios às necessidades ou aos interesses reais da região, que perdeu a valiosa década de transição dos 50 e ficou aquém das demais universidades federais.

Não é só o fato de a UFP ser ainda tradicional; outras também o são. O que preocupa é a ausência de angústia, a falta de medidas ou de tentativas para sair da estática e construir a dinâmica. Isso é sério, quando se trata da universidade de um meio importantíssimo do país; porque quanto maior a instituição, maior também é sua responsabilidade. Aqui, não cabem palavras de alento ou de compaixão, porque estamos falando da Capital do Nordeste, de uma região que necessita, mais do que o resto do país, de um impulso genuíno e soluções adequadas aos seus inúmeros problemas sócio-econômicos. Quem não enfrenta este desafio e não se dedica integralmente à solução de um problema perfeitamente solúvel, se faz cúmplice de uma dissolução social tecnicamente evitável.

A UFP, da mesma forma que a UFRG, tem um papel especial em face de sua respectiva região, além da sua responsabilidade integral no quadro universitário da Nação. (Veja-se 2.8). Este papel de liderança efetiva para o crescimento regional, a UFP até agora não o tem assumido, razão pela qual cabe ao observador perguntar: "Até quando"?

Deveras, até quando poderá manter-se à margem da sociedade, ignorando as pavorosas condições nordestinas que reclamam uma atenção rápida, eficiente e progressista dos quadros técnicos, acadêmicos e científicos?

Até quando poderá desconhecer a realidade econômica do país, produzindo profissionais que não se requerem e deixando de produzir os especialistas mais necessários?

Até quando poderá postergar a solução dos reais problemas da população e produção, impermeável às correntes sociais que tanto reclamam a ação?

Até quando continuará criando novas unidades, onde as já existentes não se integram e, a elevado custo, não tornam efetivas as tarefas que lhes são incumbidas por dever?

Não estou exagerando. Tomemos, por exemplo, o quadro das ciências naturais, para constatar suas sérias deficiências. A biologia não avança por razões estruturais e pessoais, sem que se possa perceber a preocupação das autoridades universitárias de sanar o quanto antes essa falta desnecessária. No caso da biologia marinha, a situação tem retrocedido em vez de avançar, o que não foi agradável constatar, por quem apoiou aquele esforço desde os seus primeiríssimos passos e continua convencido da altíssima importância que reveste esta atividade, tão diretamente ligada ao progresso econômico do país.

A química tem uma superabundância de institutos anexos a distintas faculdades, além de uma Escola própria. Mas nem por isso este campo básico do conhecimento humano se desenvolveu excepcionalmente e nem por isso a UFP deixou de criar *mais* uma unidade para que tivesse também seu "Instituto Central de Química". Porém, impedido de proporcionar o ensino básico da ma-

téria sem o poder de integrar as atividades do campo, que continuam, como antes, nas demais unidades.

Institutos Centrais dessa natureza a universidade brasileira não precisa e o país não deve financiar, porque, além de desnecessários são prejudiciais, dando a impressão de que se está processando a reforma institucional quando, na realidade, a Nação somente paga por inúmeras instalações dispensáveis.

A Reitoria preocupa-se principalmente de pôr em dia as bases legais da UFP, as quais, junto com outras facetas da vida institucional, também foram seriamente descuidadas nos últimos tempos. Mas acontece que, nas condições vigentes, esta formulação regimental só pode refletir o "status quo ante" institucional e oferecer, como real consequência, o congelamento do espírito tradicional por alguns anos mais. Porque é óbvio, que estes "novos" regimentos e estatutos não mudarão tão rapidamente, e sua vigência impedirá o progresso e a experimentação, imbuídos, como estão, da mentalidade estática do passado.

Aliás, neste particular, poder-se-ia generalizar sobre a natureza contraproducente dessa irrupção de regimentos que a própria Lei de Diretrizes e Bases tem fomentado no país, impedindo que a experiência e a experimentação mostrem o novo caminho, antes de qualquer tentativa de legislar sobre ele. O apriorismo legislativo é totalitário e só serve para conservar os interesses criados e mantidos.

Porque não concede o Conselho Federal de Educação uma moratória de 3 a 4 anos para toda espécie de arrematação ou legislação definitiva, autorizando só, dentro de limites temporais específicos, a implantação de diversas experiências educacionais nas distintas universidades ou escolas isoladas que as propõem? Já começou a fazê-lo em Belo Horizonte, com o novo curso médico de cinco anos. Este procedimento é o mais adequado e deveria ser ampliado, deixando à margem as tentativas inúteis de "fixar definitivamente" práticas acadêmico-científicas que ainda distam muito do desejável e necessitado.

Naturalmente, na UFP há também pontos positivos. Em certos campos pré-clínicos e das ciências sociais se tem mantido a qualidade já alcançada na década passada, porque são as mesmas pessoas que ainda os lideram. Em áreas como as das ciências econômicas, das ciências do homem e da administração, etc., elementos novos e entusiastas se têm empenhado em criar um ambiente propício à implementação de novas atividades e ao avanço do conhecimento. Estes esforços deveriam ser apoiados ao máximo, não só em prol das próprias matérias em questão, senão primordialmente para encorajar aos inúmeros membros do corpo docente, que desejam o progresso mas ainda não têm atingido a necessária "massa crítica" para promovê-lo.

Em inovações há também um esforço no campo "pré-universitário", através da instalação do CECINE, por iniciativa quase unipessoal do Prof. Marcionilo Lins e da coordenação científica de D. Rachel Gevertz, com o apoio financeiro da UFP, da SUDENE e da Fundação Ford. Essa iniciativa é bem planejada, bem executada e corresponde a uma sentida necessidade de melhorar a qualidade do ensino secundário. Mas, como tôdas essas tentativas, se deixa aberta a sérios argumentos contra a sua incorporação no âmbito universitário, quando não se restringe só à pesquisa meta-educacional, em combinação com cursos de aperfeiçoamento, mas se entende também ao campo da institucionalização e administração de cursos pré-universitários, os que, com rapidez, resultarão nos únicos canais de acesso para qualquer matrícula universitária.

Falando em geral e analisando a confusão reinante no país com respeito a uma gama de iniciativas, sempre desvinculadas entre si, o fenômeno parece ser resultado de uma sentida falta de orientação e programação mas, sobretudo, conseqüência de um desejo coletivo — ainda que, talvez, subconsciente — de não bulir com as estruturas vigentes. No Recife, por exemplo, na conceitualização dos novos institutos, tal como já apareceram nos novos estatutos, não se facilita a integração, porém juntam-se a Física e a Matemática, num reflexo das tradicionais

ligações entre estes dois campos e não de suas necessidades práticas ou essenciais. Ademais, todos são constituídos em primeira linha como unidades de pesquisa, não porque já existisse esta mas porque o ensino não se quer integrar. Nas disposições estatutárias correspondentes, fala-se só do "Corpo Científico" das novas unidades, sem preocupação com o "Docente". Os institutos são subdivididos em "divisões" enquanto as Faculdades e Escolas em "departamentos". Por quê?

O que se diz aqui, com muita pena e grande desespero, sobre a Universidade Federal de Pernambuco, naturalmente pode ser também encontrado, em distintos graus, na vasta maioria das outras universidades brasileiras. Não é que somente Recife pecasse no particular. Mas nas outras o observador vê e sente por todos os lados uma *real* preocupação com as inadequações existentes e uma honesta angústia que as move a buscar o saneamento. Dado que, em grande parte, com honrosas exceções, tais elementos faltam na UFP, permiti-me analisar aqui alguns dos fatores negativos que tão difícil fazem a reformulação da realidade universitária do país em geral.

O fato de que no Recife não se encontrou ambiente para debates detidos com interessados sobre a reestruturação universitária, foi para mim, sem dúvida alguma, o reflexo desta ausência de angústia. A Reitoria autorizou os debates mas não os promoveu. Por infelicidade, estava também fora da cidade a maioria dos membros do corpo docente da UFP que se destacam por seu interesse genuíno em tudo o que diz respeito a planejamento. Assim foi que só alguns antigos amigos, cujo entusiasmo e sincera preocupação com a temática é bem conhecida, tomaram a iniciativa de organizar pelo menos uma reunião nesse sentido, à qual compareceram acompanhados de muitos jovens de diversos cursos científicos. Mas o ambiente não era propício, porque ainda dista de preocupar-se com a integração. Por isso, os resultados foram inócuos, já que faltava o poder que pudesse prestigiá-los. Não houve segunda reunião e se deixou para época mais

propícia a tentativa de realizar um trabalho mais aprofundado.

2.6 — UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Bahia apresenta outra tônica, mesmo quando em geral a Universidade encontra-se ainda atada aos moldes tradicionais. Em matérias ensinadas aumentou sensivelmente, mas na sua estrutura não mudou. Tem sua Medicina dividida, com um Hospital de Clínicas que bem poderia servir às necessidades universitárias se fôsse melhor orientado e administrado. No "Centro Canela", possui numerosos edifícios além da Medicina, mas na sua maioria não são muito funcionais. Dois super luxuosos alojam a Odontologia e o Direito respectivamente, ambos fora das reais necessidades, enquanto um terceiro "Palácio" do mesmo estilo está em construção para a Farmácia.

Tem boa Escola de Enfermagem e de Nutricionismo ao lado de uma série de instituições em prédios menores, como o ICHUB, IENA, IDOV, Casa de França, etc., os quais se dedicam ao estudo de distintas línguas. Administrativamente êstes institutos não só poderiam, mas deveriam estar unidos num só organismo central de Línguas e Letras. Tem também uma Reitoria modelarmente anti-funcional, uns núcleos habitacionais insuficientes para estudantes, uma Escola de Biblioteconomia e várias atividades artísticas, como a Escola de Teatro, a Escola de Belas Artes, que continua num antigo edifício no centro da cidade. Êste conjunto funciona, mas padece de uma orientação coordenada ou de qualquer racionalização administrativa que integre atividades afins e proporcione à Universidade um rendimento melhor e mais econômico.

No ano passado, sem embargo, chegou à Reitoria um homem de empresa com plena consciência da necessidade de estruturar a universidade em moldes empresariais. Todos comentam como encontrou um verdadeiro caos administrativo e financeiro, que logo atacou, levando à uni-

versidade elementos técnicos da sua própria empresa, para o ajudarem no saneamento da situação anterior e na preparação de procedimentos novos. A presente administração dista ainda de transformar-se numa máquina eficiente ou realmente adequada às necessidades da instituição, mas o desejo e a preocupação em torno do problema já existem. Com só um mínimo de ordem financeira, que agora está sendo estabelecido, será viável planejar e executar uma reforma administrativa eficaz.

Por outro lado, o novo Reitor teve a felicidade de encontrar um respeitável número de membros do seu corpo docente preocupado com problemas de planejamento e, desde há muitos anos, envolvido em estudos preparativos. Já existia um estudo Preliminar para a reestruturação da Universidade, de 1961, cuja orientação e conceitualização dos problemas fundamentais ainda hoje podem considerar-se como excepcionais.

Uma dezena de catedráticos, autores do citado estudo, junto com outros membros do corpo docente, igualmente dedicados e preocupados, foram mobilizados pela Reitoria; primeiro como uma só Comissão de Planejamento, que não funcionou por seu tamanho e sua estrutura e, em seguida, através de uma série de comissões e subcomissões para estimular mais ainda o interesse universitário pelos assuntos em andamento e acelerar o preparo de estudos específicos nas distintas áreas do planejamento institucional. O que agora é preciso, é terminar os estudos parcelados e implantar uma orientação global, através de um órgão central de planejamento, com pessoal à dedicação exclusiva, para que tôdas essas parcelas da problemática possam ser alinhadas e dirigidas à finalidade única de reestruturar a universidade inteira.

Efetivamente o elemento que sobressai na Universidade Federal da Bahia é a presença nela de um grande número de professores capazes, já comprometidos num labor renovador, com sérias contribuições em debates e estudos, rumo à melhoria essencial e não só formal de sua universidade. Essa tônica senti por tôdas as partes, tanto durante minhas diárias reuniões conjuntas com os diretores das unidades e membros das comissões, numa aná-

lise dos conceitos gerais ligados à reestruturação universitária, como durante as reuniões separadas com cada uma das comissões de planejamento.

Com a Comissão de Pesquisa, discutiu-se a conveniência de fomentar uns poucos grandes projetos de pesquisa, ligados a sentidas necessidades da comunidade, aos quais se incorporariam uma série de cientistas de distintos campos, todos, porém, dirigindo seu labor em equipe à solução de *um só real problema*.

Com D. Leda Jesuino, pessoa mais qualificada e identificada com o estudo da criação do CECIBA e de um Colégio Universitário, analisaram-se os conceitos favoráveis e desfavoráveis à propagação de tais atividades "pré-universitárias". A discussão se realizou em base de seu relatório, já preparado, que é de excelente qualidade e sintoniza plenamente com meu pensamento, de que a melhoria do último ano no ensino secundário, o aperfeiçoamento do magistério secundário, o treinamento de jovens membros do corpo docente universitário nos campos básicos do conhecimento humano e a pesquisa meta-educacional, devem ligar-se e integrar-se às finalidades do Colégio Universitário, dentro do conceito de transitoriedade que deveria imprimir-se nestes colégios, cuja única justificativa poderia ser só a de estimular outros colégios a melhorar a qualidade do seu próprio ensino. Falou-se também, da conveniência de acabar com as especializações e subdivisões da terceira série colegial, restituindo ao ensino secundário uma fisionomia própria e não necessariamente "pré-universitária", para que, no fim, se possa conseguir *um vestibular único de ingresso à universidade*. Isso, naturalmente, em estreita vinculação aos princípios que impõem a criação, dentro da universidade, de um Centro de Estudos Gerais.

Com a Comissão de Aperfeiçoamento do Pessoal Docente, postularam-se, e foram aceitos, aqueles princípios fundamentais que levariam a uma política universitária no que diz respeito à sistemática preparação do seu futuro corpo docente.

Na Comissão de Campus, discutiram-se todos os prós e contras de uma Cidade Universitária e as premissas que

deveriam reger a análise objetiva desse importantíssimo aspecto de planejamento. Seus membros, há anos e desde a confecção do citado Estudo Preliminar, estão debatendo esses conceitos e já possuem estudos bem avançados sobre o particular. Seus pensamentos têm-se dirigido ao desenvolvimento de um segundo conjunto universitário, a pouca distância do "Centro Canela" e já denominado "Centro-Federação", aonde encontra-se construído o grande edifício do Politécnico e os princípios da Faculdade de Arquitetura. Para lá querem também atrair paulatinamente as unidades que no momento ainda estão espalhadas pela cidade, como a Faculdade de Filosofia, a Escola de Geologia e, sobretudo, os Institutos Básicos; além de uma série de outras atividades e serviços universitários já em andamento ou ainda por criarse. Permitti-me indicar a relativa escassez de terra no "Centro-Federação" e sugeri a conveniência de que fôsem pelo menos estudadas exaustivamente outras possibilidades ou alternativas, antes de que se decida definitivamente concentrar todos os esforços da universidade na aquisição dessa área.

A reunião com a Comissão dos Institutos foi a mais animada. Seus membros tinham uma clara, bem clara, noção sobre as atribuições dos Institutos Centrais que vem se desenvolvendo desde 1961. Mesmo assim, sem embargo persistem dúvidas a respeito, da conveniência ou não de talvez uní-los numa só Faculdade de Filosofia ou na criação de uma outra de Educação. Tenho a impressão de que a postulação do Centro Universitário de Estudos Gerais contribuiu para a aclaração de certas dúvidas, principalmente as vinculadas à criação de uma Faculdade de Ciências. Mas, como seria natural esperar, dista ainda de enraizar-se na consciência de todos a necessidade de liquidar gradualmente a existente Faculdade de Filosofia, na medida que suas distintas partes se absorvam e ampliem nas respectivas unidades centrais.

O desejo de fazer tudo da melhor maneira e de receber uma orientação acertada, expressou-se num pedido da Reitoria e dos membros das distintas comissões para que se indique uma pessoa qualificada, capaz de assessorar

rar a Universidade nesse sentido. Prometi regressar à Universidade Federal da Bahia em dezembro, em companhia de um especialista colombiano, para verificar quais as condições que permitiriam sua contratação por um período mais extenso, a fim de ajudar esta universidade a constituir um compacto órgão de Planejamento e depois orientá-la na implementação de uma estrutura única e integral.

2.7 — UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Belo Horizonte, aliás como tôdas as cidades visitadas, vem experimentando nos últimos dez anos uma expansão urbanística que é reflexo fiel da crescente população. Como observação geral, parece válido asseverar que, por tôda parte, o país tem modificado impressionantemente seu aspecto físico, embora, em muitas partes, o crescimento institucional ou a maturidade social não tenham avançado perceptivelmente durante a última década. Em outras palavras, se nos restava qualquer dúvida sobre a validez do postulado de que a população está em plena explosão, as construções grandiosas no coração das cidades e capitais, o melhoramento das rodovias, o crescimento dos meios de transporte e as imensas áreas residenciais e suburbanas recém-nascidas, falam por si.

A UFMG não tem sido nenhuma exceção e os novos edifícios de suas faculdades, alguns dos quais conheci desde seu início ou quando ainda estavam em planejamento, já estão ocupados e em função. Infelizmente, são o resultado de um planejamento monumentalista, que caracterizava a década passada, dentro ou fora das chamadas cidades universitárias. São grandes, luxuosos e, em geral, um reflexo do esplêndido isolacionismo das câtedras entre si, em cada faculdade, e destas, por sua vez, com referência à totalidade universitária. Aliás, neste sentido, a UFMG peca mais do que a maioria das universidades brasileiras, dada a autonomia quase completa

que a lei original, que as "incorporou", concedeu a cada faculdade profissional. *

Para Belo Horizonte, portanto, a tarefa de integração será bem maior. Os edifícios já construídos, espalhados pela cidade, não correspondem em sua plenitude às suas reais obrigações acadêmico-científicas, porque o tamanho, por um lado, e a distribuição interna, pelo outro — quase em tôda parte horizontal, de uma cadeira por andar — fazem difícil qualquer tentativa de coordenação das disciplinas afins de uma só faculdade e menos ainda de integração entre tôdas as unidades universitárias em geral.

Mas, nem por isso, os atuais dirigentes da UFMG mostram desânimo frente ao necessário, ainda que gigantesco, labor de proceder à formação de uma verdadeira "universidade". Por tôda parte ouvi, vi e senti o desejo sincero, expresso em voz alta e com firmeza, de atacar o problema da integração e resolvê-lo. Se êste espírito de boa vontade, determinação e ação dinâmica continuasse por alguns anos sem sofrer modificações pessoais, e se essas mesmas pessoas, que no momento dirigem a universidade, fôsem bem assessoradas, dentro de um planejamento sensato, coordenado e filosoficamente integral, não haveria limites ao progresso que pode alcançar essa universidade.

Ela é rica, num Estado rico e com um patrimônio que já representa uma base efetiva para sua expansão real. Também tem um terreno fora da cidade, que as presentes autoridades pretendem usar como um mecanismo natural para a futura integração da universidade. Apesar de êste terreno já ter sido "maculado" por um estádio colossal que nem pertence à universidade e apesar da insuficiente extensão do mesmo, o propósito de transferir a êste terreno, passo a passo, só as atividades universitárias já integradas, mostra-se como perfeitamente válido. Recomendei que o convênio com a Prefeitura sobre o estádio fôsse renegociado por completo, para que a UFMG o absorvesse gradual e totalmente. Recomendei também que fôsse feito todo o possível para aquisição

* Lei n.º 971, de 16 de dezembro de 1949.

de terras adicionais, contíguas à presente cidade universitária, para garantir seu futuro que, com os presentes 400 hectares, não pode ser considerado como muito seguro.

Na UFMG se pretende, como nas outras universidades, implantar os "Institutos Centrais". Aqui também, encontra-se uma certa confusão no referente às atribuições e obrigações das novas unidades, ainda que em menor escala do que se verifica em outras universidades, em virtude de um já mais avançado grau de legislação, de planejamento e de predisposição anímica a respeito. Passei várias noites esclarecendo idéias sobre o particular e separando os conceitos que encontrei indevidamente intervenculados. Isso, antes de tudo, no referente à separação das matérias pré-clínicas do que deveria ser ligado aos campos básicos do conhecimento humano. Também no referente a certos propósitos ímpares como, por exemplo, o da aglutinação, sob o rótulo de "ciências biológicas", da patologia junto com as matérias da biologia em si, ou como a indevida inclusão, nos Institutos Centrais, de uma unidade de Direito Público e Ciências Políticas. Falou-se mais amplamente da necessidade de um Centro de Estudos Gerais, composto de departamentos, em vez de institutos, para cada campo básico do conhecimento, cumprindo não só todas as tarefas atribuídas aos chamados institutos centrais, senão também às de um proposto "Studium Generale" que nem na Alemanha funciona.

Se a UFMG prosseguisse no seu propósito de criar essas novas unidades, com ou sem Centro de Estudos Gerais, mas com noções claras sobre sua função, e construísse um conjunto de pavilhões na cidade universitária, parecidos ao do já construído Colégio Universitário, o coração de uma nova universidade, realmente integrada, estaria implantado e a grande reformulação institucional posta em marcha. As demais unidades seguiriam então este exemplo e, através dos anos ou das décadas vindouras, na medida em que surgirem as necessidades de cada uma, transferir-se-ão para uma real cidade universitária, deixando os correspondentes edifícios no cen-

tro da cidade livres para que proporcionassem fontes adicionais de ingresso à UFMG.

Em matéria de novidades encontrei em primeiro plano o Colégio Universitário. Posto em marcha, como devem ser as novas iniciativas, sem indevida regimentação apriorística e na base de uma real experimentação, colocado dentro de um pavilhão simples, funcional e perfeitamente adequado, equipado da melhor maneira e com pessoal universitário sério e entusiasta, este colégio serve não só para preparar exemplarmente um bom número de estudantes do último ano colegial, mas também para a preparação de jovens assistentes nas matérias básicas da própria universidade.

Em si, este esforço seria interessante, mas não justificaria o empenho de tantos recursos materiais e humanos, se fôsse só dirigido à melhor preparação de um punhado de adolescentes para facilitar seu futuro ingresso à universidade, enquanto o resto da população escolar secundária no país fica tão mal preparado como antes. De fato, só criaria uma nova pequena elite de privilegiados à custa dos demais, que encontrariam ainda maiores dificuldades para seu ingresso no ensino superior. Óbvias são as ressalvas contra o conceito de qualquer Colégio Universitário, como obstáculo adicional para os que querem e podem educar-se. Mas Belo Horizonte insiste em que o propósito dos criadores do Colégio Universitário era e é de utilizá-lo como meio de pressão sobre os outros colégios da cidade, do Estado e até mesmo do País. Demonstraram-me como seu propósito de exercer essa pressão, rumo à melhoria geral, não tem sido em vão ou pura teoria.

Se isso estiver certo, e tendo em mente a lamentável inércia que caracteriza tudo que se vincula à melhoria da qualidade do ensino secundário, a existência desses colégios universitários seria justificada, mesmo quando o perigo acima assinalado não desaparece por completo, desde que os originadores dos colégios ficassem fiéis a seu propósito primitivo. Eu, pelo menos, estou disposto a mudar minha atitude face ao conceito, depois do visto e ouvido em Belo Horizonte. Estou disposto a aplaudir sua

multiplicação nas outras universidades do país, com votos fervorosos, naturalmente, de que os colégios universitários não se institucionalizem da forma temida, para se transformarem num sério impedimento ao ingresso da maioria nas universidades, cu num funil que conduzirá, no futuro, a população escolar secundária às portas do ensino superior.

Visitei rapidamente as distintas faculdades profissionais. De espírito não mudaram muito desde minha última visita, mas em riqueza de instalações tudo mudou sensivelmente.

Pela primeira vez visitei a Faculdade de Veterinária, de cuja boa qualidade já ouvi falar até no estrangeiro. Mas não pude deixar de sentir estranheza pelo seu isolamento, tanto das demais unidades dentro ou fora do terreno da cidade universitária, quanto da sua própria fazenda, a 50 km de Belo Horizonte, ou até de Vicososa, de cujo conjunto antigamente fazia parte e cujas famosas instalações agronômicas carecem da correspondente veterinária. Já que sou defensor da tese que integra tôdas as atividades agro-pecuárias em função de uma realidade ecológica, a serviço do "campo" na sua totalidade, esta separação das instalações e atividades agro-pecuárias, em Belo Horizonte como na região, parece-me anti-funcional e, por isso, contra indicada.

A Faculdade de Engenharia ocupa dois blocos no coração da cidade, com construções e instalações tão luxuosas que, com um mínimo de boa vontade, espírito de cooperação e efetivo planejamento, poderiam transformar-se facilmente num utilíssimo Centro Tecnológico nacional. Temo, porém, que passarão ainda vários anos até que o espírito de cooperação e de serviço comunitário permeie esta faculdade, a fim de integrá-la ao resto da universidade e transformá-la numa instituição útil para a comunidade inteira.

Mas, foi na Faculdade de Medicina que encontrei a parte mais nova e mais promissora de uma rápida transformação, rumo à melhoria sensível do ensino médico brasileiro. Aprovado pelo Conselho Universitário e pelo Conselho Federal de Educação, em base experimental, por

dez anos, a reformulação do currículo médico na UFMG representa a primeira real tentativa de quebrar a inércia dos currículos tradicionais e embarcar num sistema experimental, planejado e bastante bem preparado. No fim de algumas gerações estudantis, enriquecerá o país e seu sistema universitário, tanto no que se encontra nesse experimento de positivo como de negativo. Mas, seja como fôr, é uma efetiva e planejada experimentação, que para mim representa a essência do progresso, tanto mais que, para o país, representava até recentemente uma impossibilidade efetiva e legal.

Este exemplo demonstra claramente que, quando existe o desejo e propósito coletivo, se encontram os mecanismos legais para a sua realização. Demonstra também que um curso médico tem que ser dado na base de dedicação exclusiva dos estudantes e professores. Quando bem organizado, deixa o estudantado ocupado, satisfeito e até entusiasmado, além de exigir dos professores uma completa reorientação em tudo que se refere ao ensino e à apresentação das matérias. Em outras palavras, *efetivamente tudo*, de que se queixa o sistema tradicional em relação ao seu ensino profissional, com respeito ao professor de tempo parcial, indolente, repetidor, anacrônico e desinteressado, ou com respeito ao estudante insatisfeito, também indolente, rebelde e não estudioso, desaparece de uma só vez, *quando as coisas universitárias se põem a funcionar tal como deveriam*. Obviamente, o adolescente abandonado não pode ser estudioso e deve ser óbvio da mesma forma que um professor ignorante, indiferente e ausente não pode inspirar ninguém a estudar. Quando o nível, de ambas partes, sobe o suficiente para fazê-los dedicarem-se exclusivamente à tarefa universitária, com boas instalações, recursos materiais, planejamento e conhecimento adequados, o resultado benéfico não pode tardar. Essa é a maior lição que se deve tirar para o país inteiro daquilo que se passa na Faculdade de Medicina da UFMG. Isso, apesar das vozes negativas que, por suposto, não deixaram de opinar contra, seja por dúvidas sinceras ou pelo negativismo endêmico, para não falar também da permanente atitude obs-

trucionista. O maior serviço que se possa prestar ao país é de deixar que essa experiência mineira se concretize.

Mas houve mais. Entre os professores das matérias pré-clínicas, encontrei a quase unânime convicção de que suas matérias deveriam ser integradas entre si, para servirem a todas as carreiras universitárias, presentes e futuras, e não só à Faculdade de Medicina. Tão forte já era esta convicção entre os pré-clínicos da medicina e, ao que parece, tão forte a resistência à integração das outras faculdades, que os encontrei já dispostos a pensar na ligação das pré-clínicas aos "Institutos Centrais", incorporando-as ao proposto Instituto Central de Ciências Biológicas. Se fôsse executado dessa forma, em nada seria diferente do também proposto Instituto Central de Direito Público e Ciências Políticas. Só o afã de juntar matérias que possam servir a mais de uma carreira universitária, não basta para criar ou justificar um "Instituto Central".

Depois de muitas e detalhadas conversações com os interessados, penso que se esclareceram essas idéias ao ponto de não mais aspirarem os pré-clínicos a um Instituto Central, mas sim a um *Centro Universitário* que incorpore todas as matérias em três ou quatro departamentos, integrados entre si e a serviço da universidade inteira. Ao mesmo tempo este Centro se transformaria também, como primeiro do seu tipo, num só *Centro de Aperfeiçoamento*, em escala nacional ou até continental, para pessoal docente das matérias pré-clínicas, seja em nível de aperfeiçoamento, de especialização ou de cursos propriamente pós-graduados, levando a graus acadêmicos adicionais aos já possuídos pelos que cursarão o Centro, o qual, por falta de um melhor nome, poderia ser chamado "Centro Universitário de Disciplinas Bióticas". Espaço para tal empreendimento certamente existe e também o pessoal docente qualificado.

Quando, na década passada, a CAPES criou, e depois fomentou, estimulou ou ampliou Centros Nacionais de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, teve que agir baseada nos achados do meio ecológico. Não pôde postular arbitrariamente quais materiais, em qual sítio e

desenvolvidas por quem, deveriam ser elaboradas num Centro. Teve que buscar os homens sobressalentes e ajudar aos que encontrava, onde os encontrava e na matéria da sua especialização. Por causa da penúria reinante de pessoas realmente capazes de levar a cabo uma tarefa dessa natureza, a CAPES não pôde dar-se ao luxo de tomar atitudes pré-determinadas. Aconteceu que, na maioria dos casos, as pessoas que foram encontradas pertenciam às matérias pré-clínicas. Hoje, em Belo Horizonte, os órgãos nacionais e internacionais de assistência técnica poderiam encarar a possibilidade da instalação de um Centro Universitário, que abrangeria todas estas matérias. Graças à atuação da década passada, o nível delas e de seu pessoal acadêmico-científico local, já atingiu aquela qualidade e capacidade que faria possível a implantação deste próximo passo, dentro do processo contínuo da evolução institucional e acadêmico-científica do país. Faço votos que não só a UFMG tome efetivamente essa iniciativa, tão desejada pelos professores interessados e pelos próprios dirigentes, senão que também todos os órgãos da Nação, as fundações privadas e as organizações bi e multi-laterais de assistência técnica, apoiem o esforço com dedicação e entusiasmo, para a melhoria global do ensino e da pesquisa universitária.

Finalmente, no referente à administração central da UFMG, recomendei que não fôsse ainda confeccionado nenhum regimento, sinão só o Reitor autorizado pelo Conselho Universitário a formular e implementar um novo sistema administrativo, assessorado pelas fontes consideradas por ele mais apropriadas para o caso. Recomendei que fôsse contratado um Gerente de Empresa, em regime de dedicação exclusiva, como *Administrador* da Universidade, para evitar confusões indevidas. Aconselhei a não usar máquinas eletrônicas até que se implante primeiro, e funcione, um novo sistema administrativo em base manual e, posteriormente, mecânica. Somente depois de funcionar já o sistema a pleno contento das autoridades, a Universidade poderia proceder à formalização do mesmo, através da correspondente regimentação.

2.8 — UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

1962 foi a última vez em que visitei Pôrto Alegre, mas, desde 1953, venho acompanhando, a intervalos regulares, o desenvolvimento da UFRS. Durante minha atuação na CAPES, não deixei passar nenhuma oportunidade de reforçar, apoiar ou estimular iniciativas dessa Universidade, tal como as da Universidade Federal de Pernambuco, porque estava e continuo convencido de que é necessário desenvolver ao máximo o eixo universitário Recife—Pôrto Alegre, para, ampliando o desenvolvimento universitário do país, contrabalançar sua exagerada concentração no triângulo Rio de Janeiro—Belo Horizonte—São Paulo.

Infelizmente, essa política não progrediu da maneira esperada, porque, até hoje, nem Recife nem Pôrto Alegre desenvolveram aquela dinâmica de que se necessitava e que continua desejável para o avanço do ensino superior brasileiro. Em ambos os casos, a fase monumentalista, sem planejamento ou trabalho de equipe, perdurou muito além do esperado ou do justificável, razão pela qual a própria dinâmica geral de 1960 para cá demorou em fazer-se sentir nestes dois importantes centros universitários.

Apesar de várias sinceras e bastante bem tomadas iniciativas até hoje não prosperou em nenhuma das duas capitais um real esforço de planejamento institucional. Não por falta de pessoas qualificadas que pudessem desenvolver um labor eficiente neste sentido, se lhes fôsem concedidos tempo, recursos e autoridade; mas sim, por falta de ânimo, de diretrizes, ou então de um dinamismo que gerasse aquela dinâmica, mística ou mentalidade institucional, tão imprescindíveis para qualquer atividade de renovação ou ação positiva. Por isso, a maioria das obras e iniciativas têm ficado aproximadamente na mesma tônica da década passada, cortando-se aqui para adicionar ali, mas, em essência, deixando de avançar com o ritmo e os métodos de trabalho em equipe que os tempos e as necessidades exigem, cada dia com maior urgência.

Em Pôrto Alegre, por exemplo, conseguiu-se mais um velho edifício ou construiu-se mais um andar, mais um pavilhão ou barracão pré-fabricado, para proporcionar espaço adicional a esta ou aquela unidade universitária. Instituíram-se algumas novas atividades acadêmico-científicas, seja por intervenção arbitrária e anti-ecológica da COSUPI, como no caso da Física e Matemática, seja por sacrifícios e lutas pessoais, em resposta a sentidas necessidades, como no caso da Geologia ou da Escola de Artes. Desenvolveram-se louváveis atividades comunitárias e de pesquisa profissional, como no caso das Ciências Econômicas, e se aperfeiçoaram tais ou quais cadeiras, em uma ou outra faculdade, quando a iniciativa dos interessados resultava propícia para uma melhoria. Tudo isso, porém, acontecia ao azar, sem planejamento ou sequer uma lista de prioridades, quadro típico de um avanço meramente cotidiano, num ambiente talvez algo mais sensível do que antes às necessidades reais da comunidade, mas, em si, ainda sem qualquer ímpeto genuíno. Com a recente mudança na Reitoria, instroduziu-se, no entanto, um fator novo: um nítido acréscimo da insatisfação geral e o reconhecimento, nas mais altas esferas da instituição, de que a universidade necessita de uma nova orientação e de uma equipe de pessoas dedicadas ao planejamento integral. Como primeiro passo, decidiu-se limpar o terreno das diversas sobras de projetos iniciados anos atrás, para deixar livres as autoridades face às múltiplas exigências do futuro.

Decidiu-se, por exemplo, envidar esforços para realmente terminar o Centro Médico em plena área urbana, tal como havia sido concebido originalmente, já que as inversões efetuadas eram grandes demais para permitir uma reformulação do problema e a fim de incorporar, finalmente, aquela área à vida institucional. É minha opinião que a decisão foi acertada, porque, bem ou mal planejado, o Centro Médico, uma vez acabado, poderá servir em condições melhores do que as atuais às necessidades das carreiras interessadas. Seria gratuito argumentar que, se as instalações fôsem planejadas hoje, tudo seria feito de outra maneira. O fato é que a inicia-

tiva foi tomada há duas décadas atrás. Outro fato é que, na época, quando modificações poderiam ter sido ainda introduzidas, ninguém, dentro ou fora da universidade, queria ouvir falar de um reexame dos planos. Lembro-me quanto reclamei, na década passada, em relação a tudo que dizia respeito ao Hospital de Clínicas; mas sem efeito. Hoje, não resta outra alternativa, senão a que já foi tomada, de terminar tudo e fazê-lo funcionar da melhor maneira que as condições permitam.

Outra decisão que se tomou, foi a de deixar os cursos agro-pecuários onde estão, no próprio terreno da futura Cidade Universitária, apesar de a universidade haver adquirido recentemente, a apenas 40 km da cidade, uma maravilhosa fazenda, que daria perfeitamente para o desenvolvimento coordenado de um Centro Agro-Pecuário no futuro. Mas, já que os professores temem que o sítio sofra a deformação funcional que se atribui à Universidade Rural do Brasil, no km 47 do Rio de Janeiro, decidiu-se deixar as coisas como estão e usar a fazenda só como área experimental. Não concordaria com essa decisão, se ela fôsse realmente definitiva. Mas não importa tanto esperar mais uns anos, até que o próprio desenvolvimento da nova Cidade Universitária, a reorganização da estrutura universitária em si, o desenvolvimento de um Centro de Estudos Gerais, e a paulatina modificação do Corpo Docente das carreiras envolvidas, mostrem à Universidade qual deveria ser o melhor caminho no futuro.

Com essas duas grandes áreas de uma ou outra maneira atendidas, as autoridades universitárias teriam, então, tempo e liberdade de ação para concentrar seus esforços na reformulação do resto. Condições favoráveis para tal tarefa existem em abundância:

- a) Existe a já citada insatisfação geral e o desejo das autoridades de empreender a reformulação;
- b) Existem, dentro da universidade, pessoas do mais alto gabarito, capazes de desenvolver lenta e seguramente um trabalho de planejamento integral;

- c) Existem mais de oitocentos hectares de terreno para o crescimento orgânico de uma bem planejada Cidade Universitária; e
- 4) Existe também dinheiro.

Com tantos fatores coincidindo, e a colaboração de todos os elementos interessados e capazes da universidade inteira, só falta agora começar. Falta só o estado anímico de montar uma maquinaria adequada a essa gigantesca tarefa e mantê-la em operação sem interrupções ou hesitações.

Para tal fim, recomendei, a pedido do Reitor e das demais autoridades universitárias, que a já existente Comissão de Planejamento fôsse organizada de tal forma, que permitisse a seus membros dedicação exclusiva a essa tarefa. Recomendei que fôsse concedido à Comissão espaço suficiente para montagem de sua própria secretaria, junto com a Divisão de Obras da Universidade, para que estas duas atividades de planejamento e de construção fiquem mais intimamente ligadas entre si, obedecendo a uma só orientação, do início até o fim. Recomendei que fôsssem entregues anualmente à Comissão de Planejamento, assim estruturada, somas globais, livremente manejáveis por ela, pelas quais seus membros se responsabilizariam conjuntamente. Dessa forma, eles poderiam viajar a qualquer lugar que promettesse inovações no tocante a planejamento, adquirir a literatura existente sobre o particular, contratar técnicos nacionais e estrangeiros, nas especialidades convenientes, e encomendar qualquer estudo que fôsse considerado necessário ou somente desejável para o avanço do planejamento em questão. Daí surgiriam as prioridades e os anteprojetos concretos da reformulação institucional, sempre, naturalmente, como recomendações aos órgãos constituídos da própria universidade e *nunca* com o caráter de intervenção.

Essas recomendações foram bem recebidas, como aliás tudo o que se ligou à minha visita a Pôrto Alegre. Nenhum Reitor mostrou maior interêsse ou gastou mais

tempo comigo do que o Reitor da UFRS. Houve reais debates, sobre problemas reais, e não apenas uma cortês ou passiva aceitação de sugestões oriundas de um visitante qualquer. Durante uma semana, fiz palestras diárias sobre distintas fases da problemática em questão, para as quais foram convidados todos os membros do Corpo Docente da Universidade, e às quais compareceram fielmente, todos os dias, mais de cinquenta interessados. Para não repetir tais conferências para as autoridades da PUC do Rio Grande do Sul, foram estas também convidadas e, encabeçadas por seu Reitor, compareceram regularmente à UFRS. Houve também reuniões diárias com a Comissão de Planejamento da UFRS e, naturalmente, visitas às instalações, aos edifícios e aos órgãos administrativos da universidade inteira; no que fui sempre acompanhado, incansavelmente, pelo Reitor, para mostrar-me tudo o que tinham e para discutir todos os pormenores, favoráveis ou desfavoráveis, da instituição. Faço votos de que seus desejos de superação se transformem rapidamente numa máquina eficaz, de planejamento, por um lado, e, pelo outro, de implementação dos planos, quando estes começarem a surgir.

Evidenciou-se, de todos os lados, um genuíno interesse por tudo o que se relacionava com a temática do planejamento e da reformulação institucional, de modo que não pude deixar de ficar bem impressionado com o ambiente sério e o vivo interesse encontrado nas duas universidades. Não poderia mesmo existir melhor testemunho do potencial que se encontra em Porto Alegre para um futuro labor efetivo, o que me faz crer que agora só se necessitam decisões apropriadas ao caso e uma maior liberdade de ação; para que esta angústia e interesse se transformem num campo dinâmico que modifique logo a realidade universitária do Rio Grande do Sul. Existe em Porto Alegre tudo para fazer uma obra modelar, de transformar uma universidade, em grande parte ainda tradicional, numa instituição em plena sintonia com seu meio, servindo-o de forma efetiva e contribuindo, desse modo, para o progresso universitário nacional.

2.9 — PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

Houve também contatos com a PUC. Seu Reitor e outros membros do corpo docente assistiram às apresentações e debates sobre planejamento, mecanismos administrativos, princípios de integração, fundo universitário para o aperfeiçoamento do pessoal docente, natureza dos chamados Institutos Centrais e conveniência de pensar na organização dos mesmos em forma de departamentos num Centro Universitário de Estudos Gerais, palestras que a UFRS teve a gentileza de patrocinar durante a semana de minha permanência em Porto Alegre.

Dessas reuniões surgiram várias idéias que o Reitor da PUC achou conveniente incorporar no planejamento de sua Cidade Universitária.

A sede desse conjunto, de aproximadamente 40 hectares, já em avançado estado de construção, encontra-se não muito longe do centro da cidade e no caminho que leva à Cidade Universitária da UFRS. Uma tarde, o Reitor da PUC me levou ao local, para mostrar-me as dependências e, na maquete, explicar-me qual era o pensamento original sobre a distribuição de áreas e a natureza dos edifícios já construídos. Depois de uma análise dos pormenores, permiti-me recomendar-lhe que fosse reexaminado o projeto da ainda não construída Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a qual, de acordo com os planos estabelecidos, ia ser colocada num edifício de onze andares, cuja construção estava por iniciar-se.

Já que o Reitor se tinha convencido da utilidade de criar um Centro Universitário de Estudos Gerais, era gratuito continuar pensando numa Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Mas, mesmo se ela continuasse sendo uma unidade permanente da universidade, seria muito mais eficiente e econômico construir vários pavilhões, em vez de um só edifício de tamanho exagerado e de manejo previsivelmente difícil. Essa idéia foi aceita e o Reitor prometeu encaminhar aos arquitetos a sugestão de que, no local previsto para o grande edifício, fossem construídos uns dez pavilhões de menor tamanho,

parecidos aos dois que já se encontram quase terminados e que iam ser destinados a alguns Institutos Centrais.

Houve também boa acolhida à recomendação de construir um edifício separado para a Biblioteca Central, perto dos pavilhões, em lugar de colocá-la, como se pretendia, num outro edifício grande, destinado à Administração Universitária, e próxima das áreas, necessariamente ruidosas, destinadas ao teatro e às atividades esportivas.

Dado que muitas unidades acadêmico-científicas da PUC se transferirão brevemente para a Cidade Universitária, não valia a pena visitar detidamente as instalações atuais no centro da capital. Sem dúvida, até o presente, a PUC aproveitou-se do espaço disponível, da melhor maneira possível, mas essa fase, começada décadas atrás, já está superada e, para todos os efeitos de planejamento, deve considerar-se como encerrada. É óbvio, porém, que a PUC RS, como a do Rio de Janeiro, está no bom caminho, dirigida por um Reitor desejoso de colocar sua Universidade em sintonia com as exigências do presente e do futuro.

2.10 — UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

No livro de visitantes da UFSM escrevi: "Meus antecessores, neste livro de impressões, já expressaram cabalmente o que é preciso e desejável dizer sobre o fenômeno da UFSM: "A motivação para sua criação acertada e a necessidade sentida; a liderança excelente; o planejamento apropriado; as implementações adequadas a cada etapa do desenvolvimento institucional e o espírito que permeia o ambiente, renovador e idealista. Mais não se pode esperar de nenhuma instituição, de nenhuma universidade. Faço votos que a dinâmica implantada não diminua e sobretudo não se perca, para que futuras gerações possam agradecer-lhe seu enorme sacrifício em prol de um melhor Brasil, frente a tantas incompreensões. Estão abrindo o

interior do país à educação superior. Meus parabéns! E minha admiração!"

Em poucas palavras, esse é o retrato daquilo que eu encontrei, institucionalmente falando, nessa universidade. Quem haja acompanhado o desenvolvimento do ensino superior em Santa Maria desde princípios da década de 1950, sabe de que maneira os eventos se sucederam. Sabe que tudo começou de forma pouco adequada, quando o Diretor de uma Faculdade de Farmácia, no interior da província, decidiu criar, do nada, uma Faculdade de Medicina. Em teoria, este procedimento não era apropriado, por faltarem tôdas as condições necessárias, todos os requisitos prévios em pessoal e recursos financeiros, até em população escolar, para justificar o empreendimento.

Mas acontece que a idéia fixa de uma só pessoa, com respeito à necessidade de levar facilidades do ensino superior a uma população do interior — em vez de continuar enviando-a, em números inadequados para as necessidades de região, a estudar nas capitais estaduais da costa do Brasil — era uma idéia sócio-econômica de grande acerto. Esse conceito, promovido por uma pessoa dotada de perseverança infatigável, conseguiu eletrizar toda a comunidade local e vencer os obstáculos que era natural que surgissem em torno de tamanha tarefa, para finalmente criar não só uma Faculdade de Medicina, senão, em seguida, unidades correspondentes aos outros campos tradicionais do ensino superior, como Direito, Filosofia, Ciências e Letras, Odontologia, Ciências Políticas e Econômicas, Enfermagem, Politécnica, Belas Artes e Agropecuária. Neste processo de crescimento, a UFRS apoiou Santa Maria institucionalmente, incorporando algumas dessas unidades às dependências próprias da UFRS, e prestando assistência técnica, por meio de seu corpo docente a várias delas.

Qualquer outra pessoa teria ficado satisfeita de haver logrado tanto, em tão pouco tempo. Mas o ex-Diretor da Faculdade de Farmácia e então já Diretor da Faculdade de Medicina, continuou sua luta em prol do desenvolvimento autônomo da sua comunidade, até conseguir, em de-

zembro de 1960, a criação da UFSM, como universidade federal, independente da UFRS. Como era de se esperar, assumiu logo a Reitoria, para tampouco parar aí. Através de múltiplas viagens ao exterior e uma incansável política de atrair pessoas capacitadas a Santa Maria, lançou-se à confecção de um Plano Diretor para o contínuo crescimento da universidade, adquiriu terrenos adequados fora da cidade, e entregou-se a um trabalho de planejamento que, pelos resultados já alcançados em meia década, prometem a implantação de uma Cidade Universitária funcional.

Quase tudo que vi ou ouvi falar sobre a urbanização dessa Cidade Universitária me deixou tranqüilo, além de bem impressionado. Os componentes cênicos são institutos que, com poucas modificações centrais, poderiam facilmente transformar-se num Centro Universitário de Estudos Gerais. Até as áreas destinadas às faculdades profissionais são distribuídas de tal forma que permitirão, no futuro, sua transformação nuns poucos grandes Centros de atividades acadêmico-científicas.

Só o propósito da UFSM de implantar áreas habitacionais intercaladas com as atividades propriamente acadêmicas, poderia ser reexaminado, à luz de observações que me permiti expressar ao Reitor e seus colaboradores. Culturalmente, talvez o meio não suporte esta estreita intervinculação de áreas habitacionais e escolares, conceito este diretamente importado do mundo anglo-saxão, onde hábitos e tradições distintas têm permitido, até hoje, o desenvolvimento de uma frutífera interligação das duas funções.

Mas nem por isso, o conceito é obrigatoriamente favorável ou exportável a outros meios culturais. Eu, pelo menos, sempre defendo a conveniência de construir áreas habitacionais para estudantes em sítios à parte das áreas escolares — perto do conjunto universitário, mas não diretamente ligadas a ele. Os dormitórios não deveriam ser construídos nos terrenos próprios da cidade universitária, senão em terrenos separados fisicamente do conjunto e destinados exclusivamente a este fim. Isso foi amplamente discutido e espero que ainda existam pos-

sibilidades de encontrar uma solução adequada, que permita incorporar estas observações no planejamento do conjunto.

Depois de visitar a área da Cidade Universitária, onde já se encontram em construção várias dependências e em funcionamento uma parte das atividades politécnicas, visitei também as dependências atuais no centro da cidade. Além de edifícios em construção, como os do Hospital de Tisiologia, da Casa do Estudante e partes da Faculdade de Direito, a maior atenção, como era natural, concentrou-se no edifício principal, que acomoda ainda grande parte das atividades acadêmicas e administrativas da UFSM. Ali se encontram a Reitoria e a Administração, junto com quase todas as dependências das Faculdades de Medicina, Farmácia e Odontologia, além das oficinas e de uma cafeteria.

Quem andasse em busca de um ambiente universitário altamente desenvolvido, no sentido de facilidades acadêmicas e de pesquisa, estaria à procura de algo que ecológicamente ainda não é possível encontrar. Trata-se, no momento, de um conjunto de atividades escolares em nível vocacional, que para as necessidades do presente, numa fase declaradamente de transição, justificam plenamente sua existência. O que existe, não estaria justificado, se as autoridades universitárias estivessem satisfeitas com o que têm e se as atividades do presente se propagassem da mesma forma ao futuro. Dado, porém, que todos, encabeçados pelo Reitor, estão conscientes de que aquilo que se faz na UFSM é transitório e uma etapa necessária no desenvolvimento institucional, desde o nada a um futuro conjunto universitário moderno, o mesmo esforço, que num distinto quadro de referência seria insatisfatório, torna-se altamente positivo e louvável. Por essa razão, o que um visitante hoje vê em Santa Maria tem que ser visto, apreciado e avaliado em função dos planos para o futuro. E estes são acertados. Só necessitam agora, com a maior brevidade, recursos para a realização do já planejado e há tempo desejado.

Como as outras, essa universidade também necessita de orientação. Mas sabe que a necessita e busca-a por to-

dos os lados. Se não existe ainda na forma e qualidade necessárias, seguramente não é culpa da UFSM.

Administrativamente, ela já faz o possível para controlar as atividades financeiras adequadamente. Tem um bom acompanhamento estatístico e uma consciência invulgar do valor publicitário. A tônica é de fazer, de impulsionar e inovar continuamente, sem medo da experimentação. Se se cometeram erros no passado ou se se continuam cometendo alguns no presente, não importa, porque a instituição continua avançando e corrigindo seus erros paulatinamente. Sem dúvida, algumas das críticas lançadas até hoje contra o fenômeno da UFSM e seu Reitor, seriam justificadas, se fôsse tudo focado apenas à luz dos erros cometidos. Mas acontece que, tanto a instituição como seu Reitor, mudam continuamente, crescem com a experiência acumulada e desejam a superação dentro das possibilidades sempre limitadas do meio.

Em função dessa atitude, que a meu ver é positiva, tudo o que se relacione com a UFSM deveria ser daqui por diante reexaminado, à luz da dinâmica inegavelmente presente, e dos planos em grande parte acertados. Condenar é fácil, quando não se tem uma noção clara do que efetivamente se passa num determinado meio ou quando, de longe, só se vêem alguns aspectos negativos, sem procurar saber se fazem parte integral da instituição ou são apenas passageiros. Eu, pelo menos, não hesito em admitir que, depois dessa visita, modifiquei minha atitude frente à realidade da UFSM. Faço votos que os esforços de seus dirigentes encontrem um eco adequado no Poder Executivo e nas entidades internacionais de assistência técnica, para que a dinâmica deste experimento frutifique em prol do desenvolvimento universitário brasileiro.

2.11 — UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Florianópolis foi para mim a exceção, por ter sido a primeira vez que visitava esta pitoresca capital. Situada no meio de uma natureza exuberante, bem poderia trans-

formar-se num verdadeiro paraíso turístico, se medidas organizadas fôsem tomadas para tal fim, que proporcionariam ao Estado uma respeitável fonte de rendas e fomentariam o desenvolvimento de toda a região. No momento porém, é a sede administrativa do Estado, relativamente isolada, sócio-econômicamente, da área à qual serve como capital. Parte do seu encanto é precisamente seu isolamento, do qual participa também a Universidade Federal de Santa Catarina.

Na década passada, já existiam algumas faculdades isoladas, mas nunca tive ocasião de visitá-las durante minha atuação na CAPES. Incorporaram-se, no final, como sempre acontece, para se constituírem em princípios da década corrente, em mais uma das novas universidades, surgidas, sobretudo no nordeste, aproximadamente na mesma época. Eram, e são faculdades tradicionais, o que faz predominar ainda na Universidade tal espírito, embora muitos esforços se dirijam hoje à fase de transição, que se espera há de levá-la num futuro oxalá não remoto, a uma estrutura mais adequada.

Líder deste movimento é o atual Reitor que, desde a criação da Universidade, se tem empenhado na transformação de atitudes superadas da comunidade e do corpo docente que dela faz parte integral. Apesar de ser produto da Faculdade de Direito, Diretor desta antes de chegar à Reitoria, e de haver ocupado cargos administrativos no Governo Estadual, ele tem demonstrado uma invulgar sensibilidade frente à problemática geral, idéias avançadas sobre os fins que deveriam ser colimados, e atitudes progressistas, que têm servido bem à recém-criada universidade.

Usou e segue usando sua experiência administrativa junto com seus profundos conhecimentos legais, na busca de soluções e não de desculpas para justificar a inação. Cercado por um grupo de jovens e entusiasmados assessôres, capazes, eficientes e dinâmicos, também de formação jurídica, e apoiado por certo número de Diretores que se identificam com a tarefa inovadora, ainda quando nem sempre compreendem toda a sua extensão, ele tem trans-

formado sua Reitoria no epicentro desta crescente dinâmica.

Dada a posição geográfica da Universidade, ela recebe o assessoramento acadêmico-científico tanto do Paraná como do Rio Grande do Sul. A Medicina, por exemplo, que é extraordinariamente bem dirigida e montada, considerando seu tamanho e restritos recursos, foi apoiada pelos Estados do norte de Santa Catarina, e de lá tem recebido alguns dos seus mais valorizados membros docentes. Com os serviços clínicos distribuídos pela cidade, mas suas matérias pré-clínicas modesta e eficientemente instaladas num só compacto local, ela tem planos para o futuro, porém sabe organizar-se eficazmente no presente.

As Faculdades de Farmácia e de Odontologia separaram-se recentemente e estão em organização. A primeira, com o apoio da UFRS, e a segunda, com o do Paraná. Estão se ampliando os edifícios atualmente ocupados por essas duas unidades e já se fala da integração de certas matérias básicas e também pré-clínicas. Mas, até o momento, êsses esforços, apoiados pela Reitoria, ainda não frutificaram.

As Ciências Econômicas funcionam num outro edifício da cidade, enquanto a Filosofia já opera no primeiro prédio construído no Conjunto Universitário, fora da cidade. Oferece os inícios de uma boa biblioteca e uns institutos que trabalham seriamente, entre êles os de Antropologia e de Geografia, com atividades apoiadas pelo Instituto de Antropologia da Universidade do Paraná. Por trás do edifício da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, encontram-se vários pavilhões de um Ginásio de Aplicação, que talvez, dentro da tendência prevalente, venha transformar-se um dia num Colégio Universitário.

A Faculdade de Direito, a primeira e mais antiga, é adequada para as necessidades do momento. Falta-lhe, porém, a dinâmica para acompanhar os esforços da Reitoria, fenômeno não incomum para a maioria das universidades, mas que no caso em questão, em vista da origem do Reitor e de seus colaboradores, poderia ter sido diferente. Pelo menos, eu assim o esperava!

A Escola de Engenharia Industrial está dirigindo seus planos para o novo local no Conjunto Universitário, onde já começaram as construções de um grande complexo destinado principalmente à parte mecânica. Infelizmente, não prevalecem ainda os princípios de frugalidade e de experimentação, porque os edifícios são bastante suntuosos e definitivos, enquanto as atividades que alojarão não estão ainda desenvolvidas. Teria sido muito mais proveitoso, e assim o recomendei para futuras construções, edificar durante pelo menos uma década, no Conjunto Universitário, apenas pavilhões pré-fabricados, modificáveis e até removíveis quando a experiência assim o mostrasse conveniente.

Houve várias reuniões e uma palestra conjunta, na presença das autoridades universitárias e membros do corpo docente, para analisar aquela meia dúzia de conceitos fundamentais que devessem ter em mente ao lançar-se num planejamento integral da universidade. Uma reunião destinou-se especialmente à análise do sistema administrativo. Outra concentrou-se nos projetos ligados às construções no Conjunto Universitário da Trindade. O correspondente anteprojeto foi confeccionado pela Divisão de Obras da UFRS, onde tive oportunidade, quando em Porto Alegre, de analisar seus pormenores. Há falhas sérias na conceituação do conjunto e recomendei que fossem reexaminados os pormenores, antes que se proceda a outras edificações.

A Reitoria encontra-se na casa principal de uma grande propriedade, outrora particular, cujos terrenos são suficientemente extensos para permitir a construção de uma série de pavilhões que servem a finalidades didáticas e administrativas, além do da Imprensa Universitária, bem montado e em contínuo crescimento.

Tudo isso, em si, não representaria mais do que o quadro de uma pequena nova universidade tradicional em desenvolvimento. O que a transforma num local promissor é, por um lado, a orientação que lhe proporcionam o Reitor e seus colaboradores, e por outro, a grande novidade que ali encontrei no que diz respeito a um sistema administrativo verdadeiramente modelar.

Em Florianópolis encontrei a solução administrativa para as universidades brasileiras. Já existia um precedente na Universidade Federal do Paraná, ao qual se integrou a experiência própria do Reitor, na época que implantara a mecanização administrativa na Secretaria do Estado que dirigiu. Mas não foi a mera compra de umas tantas novas máquinas, que resolveu o problema administrativo-financeiro do qual sofrem tôdas as instituições do país. Máquinas compraram também outras universidades, e não encontraram a solução. O que distingue das demais o sistema da Universidade Federal de Santa Catarina é a orientação que se deu ao uso dessas máquinas, a simplificação das tramitações vigentes no serviço público e a adaptação das máquinas às necessidades da instituição.

A Reitoria delineou os procedimentos que deveriam reger para a instituição e, em seguida, com a cooperação de uma companhia sueca, adaptou as máquinas a tal finalidade. Em consequência, todo processo que entra na Universidade ou se origina nela é atendido com rapidez, sem as tão desnecessárias duplicações de trabalho. É um sistema orientado para a tramitação eficiente, com todos os resguardos de contrôle, mas sem indevida preocupação com meras formalidades que se dizem necessárias para evitar abusos. Tanto o processamento dos documentos como a tramitação financeira de cada caso, recebem soluções que, por norma, só se encontram em boas empresas privadas e quase nunca no serviço público.

Há um efetivo contrôle do orçamento e uma simplificação de procedimentos que liberta o Reitor das habituais preocupações de uma Reitoria tradicional. Basta dizer que o Reitor assina mensalmente só uma meia dúzia de cheques, em vez dos milhares que de costume têm que assinar seus colegas. Tudo é feito por Bancos, eliminando fôlhas de pagamento, e as custosas filas do pessoal das distintas unidades, esperando seu turno para assinar e receber a mensalidade. Os saldos orçamentários chegam automática e regularmente à mesa do Reitor. Também poderia se instalar qualquer contrôle adicional estatístico mecanizado, que a instituição achasse conveniente obter a respeito de seu movimento financeiro, seu

patrimônio, ou seu pessoal docente, discente e administrativo

E isso tudo, dentro da realidade vigente de uma administração universitária ainda ligada aos cânones do DASP. Esse sistema, tal como está montado, funciona bem. No dia em que a Universidade assumisse sua efetiva autonomia administrativa e financeira, com mínimas adições ou emendas, funcionaria igualmente bem. Em outras palavras, já é a base de um sistema, que operaria numa universidade tipo empresa privada. Por esta razão, estou convencido de que uma grande parte da problemática universitária do país seria resolvida — e o poderia ser dentro de um ano — se o sistema de Florianópolis fôsse aplicado, tal qual, nas demais universidades do país.

2.12 — UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO(*)

Com tôda a vontade que de fato teve a Universidade Federal do Rio de Janeiro de mostrar-me suas novidades, infelizmente só conseguiu apresentar-se, uma vez mais, na plenitude de sua insensibilidade institucional. Apesar de boas amizades e de numerosos contatos pessoais com seus dirigentes, não logrei transpôr aquela cortina de formalismos e susceptibilidades, aquela falta crônica da noção de tempo e a ainda persistente lentidão em face dos reais problemas do momento, aquilo tudo que tem sido característica da Reitoria da instituição, desde que a conheço. É uma pena, porque a UFRJ realmente tem importantes aspectos novos para mostrar, que são do maior interesse para o progresso universitário da país.

Tanto agora, como nos anos anteriores, através de contatos meramente privados, pude dispôr do grau suficiente de conhecimento dos problemas internos, para saber que o planejamento desta Universidade seguiu caminhos sensatos, com resultados altamente positivos. Se eu tivesse tido seis meses para adquirir, dentro das demoras

* Ex-Universidade do Brasil.

costumeiras, as informações desejadas e disponíveis, ou decidido esforçar-me por averiguá-las pessoalmente, teria sem dúvida nenhuma alcançado o objetivo, porque as informações existem e são averiguáveis.

O preço, porém, teria sido dispendioso em tempo e energia, quando não era propósito da minha missão forçar ninguém a fazer nada contra sua vontade e muito menos desempenhar o papel ingrato de um Sherlock Holmes. Em face de tantas universidades no país, angustiadas pelo tamanho da tarefa reformadora, desejosas de receber visitas no local e aceitar recomendações para possíveis soluções, com a urgência que o caso da Reforma requer, não teria sido nem econômico, nem conveniente dedicar mais tempo à UFRJ do que de fato foi invertido.

Por essa razão, sinto não poder definir com maior exatidão o empenho real desta universidade em tudo que fez para recrutar, entre seus elementos qualificados, um número respeitável de comissões e agrupamentos, que recolheram numerosas listas de queixas, observações e recomendações. Lamento não poder dar maiores detalhes sobre a maneira como as autoridades procederam a seguir, para destilar, digerir e comprimir centenas de opiniões nuns poucos documentos, relativos à definição da problemática, que no fim levaram à formulação das "Diretrizes para Reforma da Universidade do Brasil". Teria sido de valor poder dar pormenores sobre a Comissão de Reforma, que se criou, e que encomendou a um de seus membros preparar o grande anteprojeto da Reforma, com base nos documentos já preparados e nas Diretrizes já aprovadas. Chegou-se à promulgação de uma lei especial que transferiu o ETUB do DASP para a Universidade do Brasil, junto com uma reestruturada Comissão Supervisora de Execução e Planejamento, para acelerar o processo da implementação das Diretrizes e dos planos detalhados que se seguiram.

O "documento Kafuri", resultado destes esforços, foi formulado em várias etapas e versões, seguindo reais normas de planejamento, com base em uma tomada de consciência bastante efetiva. Prevê a reestruturação das presentes universidades acadêmico-científicas da UFRJ,

num reduzido número de grandes "Centros" que reunirão as distintas áreas do conhecimento básico ou aplicado.

O "documento Kafuri" dá um impulso real, finalmente, à utilização da Ilha do Fundão, porque prevê a construção rápida de uma completa cidade universitária, com empréstimos de mais de vinte milhões de dólares, além dos recursos nacionais disponíveis, para que se possa transferir a universidade para o novo sítio até o fim da corrente década.

Prevê também, segundo as Diretrizes, a criação de uma fundação privada para o usufruto do patrimônio que a UFRJ possui na cidade, uma vez que se liberem os prédios no momento ainda ocupados, a fim de que se constitua este patrimônio numa fonte de rendas privadas, em suplementação dos recursos federais, assegurando assim sua efetiva independência financeira.

Considero acertadas tais premissas e não compreendo porque a versão final deste documento não foi ainda aprovada pelas autoridades competentes, nem divulgada pela universidade com o devido orgulho, e a satisfação que merece o caso, para mostrar a outras universidades brasileiras como se pode evoluir para um planejamento integral e procedente.

É óbvio, no entanto, que o projeto poderia ser melhorado e continuamente aperfeiçoado, sem diminuição do ritmo de trabalho já estabelecido pelo ETUB e sem nenhuma indevida perda de tempo. Há falhas nos planos Kafuri como também na sua implementação física, mas são aspectos relativamente fáceis de corrigir se a Universidade dispusesse dos canais e meios apropriados para o encaminhamento e discussão de sugestões sobre emendas e melhorias desse tipo.

Por exemplo, seu planejamento ainda não desenvolveu a noção de um Centro de Estudos Gerais (CEG), muito embora fôsse possível implantar esse conceito com o tempo e uma mínima reorientação dos atuais planos, que prevê a instalação de um Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia e outro para as Humanidades. Com referência à distribuição de áreas na Ilha do Fundão, não compreendo como se pôde decidir colocar o Centro Es-

portivo colado ao Centro Bio-Médico e, especificamente, seu Estádio ao lado do Hospital de Clínicas! Com mais discussão, problemas como êsses, que no fim podem vir a transformar-se em sérias e contínuas dores de cabeça, poderiam ser facilmente melhorados.

Infelizmente, apesar de repetidas solicitações, não consegui que se reunisse, pelo menos uma vez, este grupo de responsáveis pelo andamento do planejamento, a fim de lançar uma discussão nesse sentido ou ouvir um outro ponto de vista. Não houve tempo, porque todos no Rio estão tão ocupados, que não podem concentrar-se em assuntos filosóficos de fundo. Participei de duas sessões do Conselho Universitário, mas não para tratar desses assuntos, muito embora a segunda fôsse convocada pelo Reitor para que os membros do Conselho travassem conhecimento, na própria Cidade Universitária, com os planos da Reforma e das construções já em andamento. Foram apresentações formais, com descrição das instalações materiais, mas do documento Kafuri, como tal, não se falou. Houve aplausos do Conselho aos esforços do ETUB, que têm sido inegavelmente impressionantes, considerando o que se logrou construir num ano e meio, em comparação à triste história dos últimos vinte anos da Ilha do Fundão. Há uma decidida tendência de diminuir a fase monumentalista, embora sem afastar-se dela por completo.

Espero que muito breve o país conhecerá, em toda a sua extensão, os detalhes deste planejamento que se dirige a uma reformulação séria deste importante conjunto do ensino superior brasileiro.

2.13 — AS OUTRAS UNIVERSIDADES

Não houve tempo de visitar outras universidades. Na realidade, os quatro meses do projeto tornaram-se insuficientes para uma cobertura mais exaustiva. Houve também falta de um órgão central que organizasse, com maior rapidez e eficácia, minhas visitas aos distintos Estados. Na maioria dos casos, tive que preparar o terreno

pessoalmente, sem dispôr dos recursos humanos e materiais para tal tarefa, e em alguns até sem contatos pessoais, que me permitissem um entrosamento mais direto ou um manejo mais eficiente do itinerário.

Doutra parte, fiquei sobrecarregado, muito além da expectativa, com contínuas palestras, reuniões e sessões de comissões, dado que a "facêta orientadora" desta missão, que surgiu inesperadamente, mas com toda naturalidade, não tinha sido prevista nem qualitativa nem quantitativamente. Falar em doze distintas universidades do país, quase ininterruptamente, e orientar grupos de trabalho durante 14 ou mais horas por dia, desde Belém até Santa Maria, além da obrigação de averiguar, o que constituiu o principal motivo do projeto, deixou-me bastante fatigado. E finalmente, havia também que preparar o relatório. Assim, qualquer cobertura adicional da realidade universitária brasileira nos moldes do presente estudo, terá que esperar uma futura oportunidade.

Considero porém que, apesar do tempo limitado, percebi adequadamente a tônica do momento, as necessidades genéricas e os fatores comuns, tanto no positivo como no negativo. Sem dúvida, existem ainda algumas boas universidades, e várias outras com estruturas menos evoluídas, que não foram visitadas ou analisadas, porque só pude visitar uma terça parte das universidades do país. Mas em termos gerais e para os fins que pretendíamos, foi pôsto em evidência um número de fatores, cuja resolução aceleraria de fato o progresso da Universidade Brasileira.